



PUC

DEPARTAMENTO DE DIREITO

A SELETIVIDADE DA GUERRA ÀS DROGAS E O ENCARCERAMENTO FEMININO

Por

GABRIELA CRISTINA SILVA BRUM

ORIENTADOR: Breno Melaragno

2018.1

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 - CEP 22451-900

RIO DE JANEIRO - BRASIL

A SELETIVIDADE DA GUERRA ÀS DROGAS E O ENCARCERAMENTO FEMININO

por

GABRIELA CRISTINA SILVA BRUM

Monografia apresentada ao
Departamento de Direito da
Pontifícia Universidade Católica do
Rio de Janeiro (PUC-Rio) para a
obtenção do Título de Bacharel em
Direito.

Orientador: Breno Melaragno

2018.1

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Deus. Não foram poucos os momentos da minha vida que senti Sua presença e sem Ele tenho a certeza que não teria vencido muitos desafios.

Em segundo lugar, agradeço ao meu irmão e melhor amigo, Gustavo. Por me incentivar, por confiar em mim, estar ao meu lado e sempre ter aceitado nossa troca de aprendizados, fazendo com que eu me sinta privilegiada por isso. Mas não é só. Sem ele mesmo saber, tudo que de bom posso ter me tornado foi graças a ele. Sempre nutri um orgulho e admiração pelo ser humano que ele é e por muitas vezes me pego agradecendo pela sorte de ter sido escolhida para ser sua irmã e se pudesse ter tido escolha, o escolheria de novo quantas vezes pudesse.

Aproveitando o fio, agradeço também ao melhor presente que meu irmão poderia ter me dado: minha sobrinha Luísa. Luísa me transformou em uma mulher de luta. Ao ver nos meus braços um ser humano tão pequeno e com um mundo todo pela frente, não suportei mais ignorar a realidade: me tornei decidida a deixar um mundo melhor para ela. Luísa me ensinou que ignorar a realidade é um privilégio daqueles que não dependem de mudanças. Sonho com o dia em que Luísa poderá ser livre e estará falando sobre liberdade sem nenhum cerceamento ou por apenas ocupar lugar de privilégio entre tantas.

Em seguida, mas não menos importante, agradeço aos meus pais. Pela dedicação de amor imensurável, pelas batalhas já enfrentadas que permitiram com que eu chegasse até aqui. Agradeço pelas vezes que me deixaram crescer e se permitiram fazer o mesmo. Agradeço por ter aprendido com eles que o amor nasce da liberdade.

Agradeço aos meus professores do Colégio Marista São José, Colégio Santo Agostinho e PUC-Rio que me permitiram expandir minha vontade de conhecer para além das salas de aula, principalmente, ao meu orientador Breno Melaragno que em um dos momentos mais difíceis que enfrentei, depositou toda confiança e sensibilidade do mundo em mim.

Às minhas amigas, que vem transformando luto em verbo. Obrigada por me encorajarem todos os dias para não darmos nenhum passo para atrás. Nós por nós.

Por fim, agradeço aos incontáveis encontros que tive durante o meu caminho, principalmente nas viagens que fiz, quaisquer que tenham sido as fronteiras que cruzei, oportunidades que me dediquei incessantemente a me autoconhecer e o melhor resultado disso foi ter aprendido quem eu quero ser: livre.

RESUMO

BRUM, Gabriela Cristina Silva. *A Seletividade da Guerra às Drogas e o Encarceramento Feminino*. Rio de Janeiro: 2018: 68 p. Monografia de final de curso. Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

Este trabalho tem por objetivo relacionar o reflexo da seletividade da política de “Guerra às Drogas” no aumento desenfreado do encarceramento feminino, rompendo com todo e qualquer discurso de neutralidade racial e de gênero que o sistema de justiça criminal defende assumir, quando, muito pelo ao contrário, se comporta como um instrumento legítimo de controle social ao desprezar as especificidades de grupos vulneráveis, como é o caso das mulheres, reproduzindo e reforçando a violência e opressão através de um sistema de justiça criminal androcêntrico com o fim de preservar o *status quo* das estruturas de poder de uma sociedade de classes ancorada no patriarcado.

Palavras-Chave: Mulheres. Patriarcado. Desigualdade de gênero. Guerra às Drogas. Tráfico de Drogas. Seletividade Penal. Controle social. Encarceramento feminino. Abandono.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 7 |
| CAPÍTULO 1 - PENA UM: SER MULHER | 10 |
| 1.1 Lugar social das mulheres | 10 |
| 1.2 Criminalização de mulheres | 16 |
| CAPÍTULO 2 - PENA DOIS: TRÁFICO DE DROGAS | 24 |
| 2.1 As brechas da Lei 11.343/2006 | 24 |
| 2.2 Arbitrariedades das sentenças judiciais sobre tráfico de drogas | 31 |
| 2.3 Papel subalterno da mulher no tráfico | 37 |
| CAPÍTULO 3 - PENA TRÊS: ABANDONO..... | 46 |
| 3.1 Quem são elas? | 46 |
| 3.2 Penitenciárias Femininas | 49 |
| 3.3 Solidão | 55 |
| CONCLUSÃO | 59 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 62 |

Ela é tão livre que um dia será presa.

- Presa por quê?

- Por excesso de liberdade.

- Mas essa liberdade é inocente?

- É. Até mesmo ingênua.

- Então por que a prisão?

- Porque a liberdade ofende.

Clarice Lispector

INTRODUÇÃO

O Brasil, já detentor da terceira maior população carcerária do mundo, em junho de 2016 contou com mais de 700 mil pessoas privadas de liberdade, experimentando um aumento de sua população prisional de 707% desde a década de 90¹.

Esse crescimento acarretou na hipertrofia do sistema penitenciário, tornando a superlotação um dos problemas mais complexos do sistema. Em 2016, o número de pessoas presas é consideravelmente superior às 368.049 mil vagas do sistema penitenciário, totalizando um déficit de 358.663 mil vagas.

Mesmo diante de todo esse cenário, ainda reproduzimos o discurso de que o Brasil é o país da impunidade, levando-nos a uma conclusão simples, muito bem exposta pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso², de que aqui prende-se muito, mas prende-se mal.

“Quem são os criminosos?”. Não restam grandes dúvidas de que sistema carcerário está superlotado dos “presos errados”.

Entre o período de 2000 a 2014, notou-se o aumento da população carcerária feminina de 567,4%, enquanto que o crescimento masculino neste mesmo período foi de 220,20%³. Em 2014, tínhamos 37.380 mulheres presas no sistema penitenciário brasileiro.

Diante da evidencia de que 68% dessas mulheres estão submetidas ao cárcere por envolvimento com tráfico de drogas, sem qualquer relação com organizações criminosas, desempenhando papéis subalternos no crime,

¹ INFOPEN. Ministério da Justiça, *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Atualização) – 2016*. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>. Acesso em 17 mai. 2018.

² BARROSO, Luís Roberto In: *Tráfico e Sentenças Judiciais: uma análise das justificativas na aplicação da Lei de Drogas no Rio de Janeiro*. 23/mar. DEPERJ, 2018.

³ INFOPEN MULHERES. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen Mulheres) – junho de 2014*. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

faz-se necessário analisar a seletividade de um modelo de justiça criminal de uma sociedade de classes patriarcal onde “ser mulher delinquente” é um *bis in idem*.

Apesar das teses lombrosianas sobre a mulher delinquente estarem aparentemente superadas, suas reflexões ainda nos assombram: a punição da mulher também inclui o pecado de ter nascido mulher, o que faz com que ela seja punida não só por transgredir a lei, mas também por transgredir seu papel social sobre ser mulher.

Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar como a política de guerra às drogas tem refletido no crescente aumento do encarceramento feminino, desconstruindo a aparente neutralidade racial e de gênero que o sistema de justiça criminal diz seguir, quando, na verdade, se apresenta com um viés seletivo e de controle social sobre os grupos mais vulneráveis, como é o caso das mulheres que vêm se tornando alvo da “justiça” criminal para permanecerem silenciadas e as estruturas de poder da sociedade de classes permanecerem intactas.

Embora este trabalho não tenha o escopo de analisar minuciosamente o racismo, mesmo sendo difícil falar de igualdade e liberdade se distanciando dele, cumpre ressaltar de antemão que não há como deixar de mencionar que o cenário é muito mais violento quando estamos falando de mulheres negras. As bandeiras levantadas por mulheres brancas e mulheres negras sempre foram diferentes e mesmo que não analisadas no presente trabalho, isso não deve ser esquecido.

Delineada essa observação, voltemos, então, a uma breve síntese sobre os capítulos construídos que abordará o início, meio e o fim de ser uma “mulher delinquente por tráfico de drogas”.

O primeiro capítulo se prestará a analisar o delito de ser mulher. Em um primeiro momento, será apreciado a construção do patriarcado da sociedade de classes, rompendo qualquer determinismo de inferioridade da mulher e traçando o caminho perverso de construção da opressão do

feminino pelo masculino. Os dados informados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontarão quão distante estão ainda as mulheres da igualdade de gênero, refletindo essa construção social de opressão. Logo em seguida, revelaremos o quanto sistema de justiça criminal androcêntrico, está sempre a reiterar o patriarcado na criminalização das mulheres, reforçando recorrentemente o estereótipo machista do papel social da mulher.

No segundo capítulo, abordaremos a seletividade que o tráfico de drogas se presta a fazer desde das lacunas da legislação feita por homem branco, “heteronormativo”, rico que faz a Lei de Drogas ser seletiva desde a atividade policial às sentenças judiciais. Desse modo, será observado neste capítulo que a “Guerra às Drogas” é uma guerra contra grupos vulneráveis, em geral, pobres, pretos e favelados, funcionando o sistema de justiça criminal como um sistema de controle social destes grupos marginalizados. Nesse sentido, a “feminização da pobreza” será fator determinante para que as mulheres passem a ser alvo dessa seletividade, encontrando no tráfico um terreno fértil para reproduzir os valores do patriarcado, visto que sua condição de gênero é condição essencial não só para sua entrada na rede do tráfico, como também para papéis majoritariamente subalternos que ocupam.

Por fim, o terceiro capítulo analisará o duplo castigo que as mulheres recebem, o primeiro por ser delinquente e o segundo por ser “mulher delinquente”. Nesse contexto, revelaremos a cruel realidade que as mulheres encarceradas vivem por serem abandonadas tanto pelo Estado, como pelos seus familiares e também pela sociedade, que ignoram as especificidades de ser mulher, tornando uma das penas que sofrem a desconstrução das suas necessidades e condições, desde cuidados básicos de higiene a estar perto de seus familiares, principalmente de seus filhos.

CAPÍTULO 1 - PENA UM: SER MULHER

1.1 Lugar social das mulheres

A falácia de que as mulheres são por natureza um sexo inferior devido às suas funções reprodutoras faz, até os dias de hoje, que estas sirvam recorrentemente para justificar as desigualdades existentes entre os sexos de nossa sociedade e a posição subalterna ocupada pela mulher⁴.

Evelyn Reed, em profunda análise sobre estudos de gênero, ao recuperar as teses de Friedrich Engels, desconstrói os mitos da inferioridade feminina, revelando que as mulheres nas sociedades ditas “primitivas” gozavam de plena igualdade de gênero:

[...] os meios de produção eram propriamente comuns, e cada membro da comunidade trabalhava sob bases igualitárias a todos os demais. Isto é fundamentalmente diferente do que acontece em nossa sociedade. Não existia uma classe rica dominante que explorava a classe operária para aumentar seu poder [...] não existia um aparato estatal coercitivo, com seus exércitos de homens armados de polícias que serviam de braço armado da classe rica governante, para manter subjugado o povo trabalhador. A sociedade primitiva tribal era autônoma e democrática, uma sociedade na qual todos os membros eram iguais, inclusive as mulheres. [...] embora nossa sociedade classista seja patriarcal em sua constituição, tendo a família paterna como unidade fundamental, a sociedade primitiva era matriarcal, e sua unidade estava constituída pela gens materna ou pelo clã materno. Além disso, a supremacia machista, que se sustenta sobre o mito de que as mulheres representam um sexo inferior, existe somente em nossa sociedade de classes patriarcal⁵.

Percebe-se, assim, que nas sociedades igualitárias, onde não havia divisão de classes, as relações de gênero eram a base da organização da sociedade, bem como da divisão social do trabalho⁶.

Isto posto, ao rechaçar a existência de um “segundo sexo”, tornou-se possível encarar o patriarcado como uma construção de controle social em

⁴ REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. MARIE, Elisabeth; MARANHÃO, Malú (Trad.). São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. p. 34.

⁵ Ibid., p. 29.

⁶ ARAÚJO, A. M. C. et al.. Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva In: *Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. VIII. Coimbra, Anais. Coimbra, Portugal, 2004. p. 10.

uma sociedade de classes onde as relações de gênero são e precisam ser estruturalmente sobrepostas para manutenção do status quo. A respeito das origens de sua construção, Briffault nos diz que:

O principio patriarcal, a lei pela qual o homem transmite a propriedade a seu filho, foi evidentemente uma inovação dos patrícios, ou seja, dos partidários da ordem patriarcal, dos ricos, dos proprietários. Estes desintegraram o primitivo clã materno, formando famílias patriarcais que “dirigiam fora do clã”. Os patrícios estabeleceram a linha de descendência paterna, e consideraram o pai e não a mãe como base de parentesco⁷.

Ainda sobre as suas origens, destaca-se que as regras de propriedade também foram modificadas quando esta além de passar a ser individualmente do pai, também passou a ser transmitida, genealogicamente, de pai para filho⁸.

É dessa forma que, quando as mulheres perdem o poder sobre a propriedade, seus corpos passam a ser subordinados, dependentes e submissos, marcas essas fundamentais de uma sociedade de classes.

Com o fim de se manter as estruturas de poder, do final do século XI até o final do século XV, iniciou-se um movimento destinado a descrever e classificar as mulheres com o objetivo de custodiá-las de todas as formas: todos os textos escritos às mulheres se esforçaram para encontrar uma etiqueta de comportamento feminino para controlar os seus instintos demoníacos⁹.

Desde a família à Igreja, foram e são diversas as maneiras que repreendem e encarceram – em instituições ou em casa - o corpo de mulheres, retirando-as do espaço público e as mantendo sob vigilância, onde nenhuma precaução nunca parece ser suficiente. A título de exemplo,

⁷ BRIFFAULT, Robert. *The mothers*. New York: The Macmillan Company, 1931 apud REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. MARIE, Elisabeth; MARANHÃO, Malú (Trad.). São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008. p. 48.

⁸ REED, 2008, p. 49.

⁹ MENDES, Soraia da Rosa. *(Re)Pensando a Criminologia: Reflexões sobre um Novo Paradigma desde a Epistemologia Feminista*. (Tese de Doutorado) - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2012. p. 141.

destaca-se um trecho do sermão de Bernardido de Siena, transcrito por Delumeau, onde diz o religioso:

É preciso varrer a casa? – Sim. Sim – faze-a varrê-la. É preciso lavar de novo as tigelas? Faze-a lavá-las. É preciso peneirar? Faze-a peneirar. É preciso lavar a roupa? Faze-a lavá-la em casa. – Mas há a criada! – Que haja criada. Deixa fazer a ela (a esposa), não por necessidade de que seja ela que o faça, mas para dar-lhe exercício. Faze-a vigiar as crianças, lavar os cueiros e tudo. Se tu não a habituas a fazer tudo, ela se tornará um bom pedacinho de carne. Não lhe deixes comodidades, eu te digo. Enquanto a mantiveres atenta, ela não permanecerá à janela, e não lhe passará pela cabeça ora uma coisa, ora outra¹⁰.

Estereótipos de passionais, infiéis, sedutoras, irracionais, frágeis, fizeram com que as mulheres precisassem sempre estar vigiadas por representar um perigoso iminente, principalmente quando não “protegidas”, leia-se: sob o poder, de um homem.

A opressão milenar permanece até os dias atuais: o machismo faz com que as mulheres sejam silenciadas de diferentes formas em todas as dinâmicas sociais.

No que tange sua participação no mercado de trabalho assalariado, foi a partir da Revolução Industrial, quando se teve o esforço físico reduzido pelas máquinas, é que o trabalho da mulher antes voltado para atividades domésticas, passou a ter também participação na indústria têxtil. Lá na frente, com a Segunda Guerra, para suprir o vazio deixado no mercado pelos homens que estavam indo para as batalhas, percebe-se que esse movimento se intensificou.

Não obstante, o capitalismo industrial desenvolveu uma ideia mais rigorosa sobre inferioridade feminina. É desde a década de 1830 que começou-se a construir modelos ideais de esposas, como serviçais de seus maridos e, mães, como um objeto passivo de reprodução¹¹.

¹⁰ DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300 a 1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 320 apud MENDES, Soraia da Rosa. *(Re)Pensando a Criminologia: Reflexões sobre um Novo Paradigma desde a Epistemologia Feminista*. (Tese de Doutorado) - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2012. p. 144.

¹¹ DAVIS, Angela Y. *Mulheres, Raça e Classe*. CANDIANI, Hecci Regina (Trad.). 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 45.

A divisão sexual do trabalho reservou, prioritariamente, o trabalho produtivo aos homens e reprodutivo às mulheres, consequentemente sempre com maior valorização do masculino.

Contudo, as lutas feministas desde os anos de 1970 começaram a produzir mudanças nos valores atribuídos ao papel da mulher na sociedade, ampliando sua maior participação no mercado extra doméstico. No Brasil, entre os anos de 1981 e 1988, mais de 16 milhões de mulheres ingressaram no mercado de trabalho, o que permitiu falar em “feminização do mercado de trabalho”¹².

Apesar do intenso fluxo de mulheres participando cada vez mais do mercado assalariado, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, através do estudo *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2018)*, demonstra o quanto as mulheres ainda estão longe de se emanciparem da opressão do masculino sobre o feminino e alcançarem igualdade.

No Brasil, em 2016, as mulheres dispensaram seus esforços aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos em torno de 73% a mais de horas do que os homens (18,1 horas contra 10,5 horas). Destaca-se que o quadro de desigualdade se agrava ainda mais quando estamos falando de mulheres negras, em que a média de horas dedicadas por elas aos afazeres domésticos e cuidados teve o registro de 18,6 horas semanais em 2016¹³.

Percebe-se que passado o tempo, a responsabilidade pela maior parte das tarefas domésticas continua sendo da mulher, com base em discursos, vivos até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado, limitando-as, em um primeiro momento, dos espaços públicos¹⁴.

¹² ARAÚJO, 2004, p. 5.

¹³ IBGE, *Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

¹⁴ SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. *A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década*, 2016. p. 125. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00123.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

A despeito de vivermos em uma sociedade capitalista, onde o que vale é a mercadoria, o trabalho doméstico quando sem nenhuma visibilidade, é tido como de pouco valor social. Simultaneamente, a produção material, atribuído ao homem, confere a ele prestígio e poder dentro da sociedade, reforçando a opressão de um sexo em contraponto à supremacia de outro¹⁵.

É possível afirmar que são conferidos trabalhos domésticos às mulheres mesmo quando elas estão inseridas em um espaço produtivo, reforçando e naturalizando o estigma de que as habilidades pro trabalho doméstico são exclusivamente femininas¹⁶.

A entrada de mulheres no mercado assalariado não equilibrou os papéis atribuídos aos sexos: as mulheres passaram a compartilhar com os homens a responsabilidade de prover financeiramente a família e continuam assumindo quase que sozinhas as atividades do espaço privado, prosseguindo uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas¹⁷.

Em razão de ter que conciliar os afazeres domésticos e cuidados com o trabalho remunerado, os dados do IBGE expõem que o percentual de mulheres que trabalham em ocupações com carga horária reduzida, em 2016, é maior do que dos homens: são as mulheres pretas ou pardas que exerceram mais essas ocupações por tempo parcial (31,3%). Em seguida, estão as mulheres brancas (25,0%). Enquanto que para os homens, apenas 16,0% de pretos ou pardos e 11,9% dos brancos trabalharam em ocupações por tempo parcial.

Nesse contexto, cabe ressaltar as diferentes reivindicações do feminismo branco e do feminismo negro. Algumas reivindicações das mulheres negras foram inicialmente criticadas pelas brancas, como por

¹⁵ SOUSA; GUEDES, Acesso em: 10 abr. 2018.

¹⁶ PANCIERI, Aline Cruvello. *Mulheres Mulas*: seletividade, tráfico de drogas e vulnerabilidade de gênero. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. p. 39.

¹⁷ SOUSA; GUEDES, Acesso em: 10 abr. 2018.

exemplo, o direito a creche. Enquanto as mulheres brancas falavam que o direito a creche não era feminismo e criticava o fato desse direito ressaltar a crítica de que a mulher está sempre ligada à criança, as diferenças sociais e econômicas entre as mulheres brancas e negras faziam essas últimas esquecerem que a maioria delas possuíam babás e muitas dessas babás eram mulheres negras¹⁸. Os dados do IBGE apenas demonstram que essas diferenças não podem ser ignoradas pois elas são reais e opressoras.

De acordo com Ângela Davis¹⁹, mesmo com o fim da escravidão, “mulheres de cor eram consideradas como presas autênticas dos homens brancos”. Afinal, umas das características históricas do racismo é o direito incontestável que os homens brancos presumem possuir sobre o corpo das mulheres negras. Como sempre nos disse Marielle Franco, durante seu legado, as mulheres negras se encontram no topo da pirâmide quando o assunto é *violência* e na base dela quando falamos de *poder*.

Enquanto as feministas brancas passaram a contestar o poder patriarcal e “foram à luta”, tentando emprego, as mulheres negras estavam há mais de 500 anos no mercado de trabalho que explorava sua mão. A bandeira levantada por elas não era o direito de trabalhar e sim melhores condições no trabalho. Além disso, em relação aos seus corpos, enquanto que as feministas brancas reivindicam o direito de evitar filhos, as mulheres negras reivindicam condições para ter e poder criar os filhos até ficarem mais velhas, visto que a taxa de mortalidade, devido as condições de vida, continuam sendo mais elevadas para as mulheres negras e pobres²⁰.

No que tange aos rendimentos médios do trabalho, o IBGE revelou a grande discriminação salarial das mulheres no mercado de trabalho: as mulheres recebem $\frac{3}{4}$ do que os homens recebem.

¹⁸ LEMOS, Rosalia de Oliveira. *Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado) - Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. p. 64.

¹⁹ DAVIS, 2016, p. 97 - 180.

²⁰ LEMOS, op. cit., p. 125.

O cenário é mais alarmante quando nos é revelado que as mulheres possuem um nível de instrução maior do que os homens: entre pessoas da faixa etária de 25 a 44 anos, o percentual de homens que completou a graduação foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, tornando evidente que os resultados no mercado de trabalho são incompatíveis com sua qualificação.

Sobre a participação na vida pública e nos processos de tomado de decisão, os dados apresentados pelo IBGE revelam que em dezembro de 2017, “o percentual de cadeiras ocupadas por mulheres em exercício no Congresso Nacional era de 11,3%”. No Senado Federal, 16,0% dos senadores eram mulheres, ao passo que na Câmara dos Deputados apenas 10,5% dos deputados federais eram mulheres²¹.

A conclusão de seu lugar social é perversa: mulheres trabalham mais, estudam mais e encontram-se ainda na base da pirâmide quando o assunto é *poder*. Embora os dados demonstrem que o lugar da mulher ainda está bem longe de ser aonde ela quiser, o rompimento com ideias de determinismo biológico, percebendo-se que a dominação de mulheres por homens não é natural e sim uma construção cultural, faz com que se abra caminhos para mudanças.

1.2 Criminalização de mulheres

O paradigma etiológico, ancorado na antropologia criminal construída pelas teses lombrosianas, entende o crime como uma manifestação da periculosidade do indivíduo, tornando o criminoso, através do determinismo biológico, escravo de sua própria herança patológica. Desse modo, a pena era um meio de defesa social proporcional à

²¹ Em memória de Marielle Franco (1979 – 2018): única vereadora negra do Rio de Janeiro, cidade onde vivem mais de 3 milhões de pretos (IBGE 2010).

periculosidade do criminoso e não à gravidade objetiva da infração cometida²².

Em 1892, com a participação de Giovanni Ferrero, C. Lombroso escreveu o livro de *La Donna Delinquente*, surgindo, assim, os primeiros estudos sobre a mulher delinquente. Através de pesquisas realizadas em penitenciárias femininas italianas, Lombroso identificou marcas biológicas que variavam de acordo com o delito cometido.

Para Lombroso, as mulheres seriam mais adaptáveis à lei do que o homem, por serem mais inertes e passivas. Contudo, o grande problema é que elas seriam amorais, ou seja, engenhosas, frias, sedutoras, malévolas, calculistas, o que as impulsionava instintivamente ao delito²³.

Suas pesquisas relevaram características comuns às criminosas, como a beleza e a sexualidade, que eram usadas para justificar a periculosidade e consequentemente a capacidade de cometer determinados delitos. Com isso, o poder punitivo sancionava mulheres com estereótipo de mulher que desviava de seu papel de submissa, tendo ganhado as prostitutas o posto de maior exemplo de mulher delinquente.

Esse tipo de discurso começa a ganhar resistência nas décadas de 60 e 70 do século XX quando, como bem expõe Soraia da Rosa²⁴, o foco no delito e no infrator desloca-se para a análise do sistema de controle social e do que daí decorre. O universo da Criminologia, completamente arraigado pelo andocentrismo, a partir de então, abriu caminhos para transformações. Temos o desenvolvimento da criminologia crítica, bem como da criminologia feminista, dois campos do saber em que a posição desigual da mulher – seja na condição de vítima ou de autora do delito – passou a ser questionada.

A Criminologia Crítica se desenvolve com base no paradigma do controle social, passando a explicar o fenômeno da criminalidade a partir da

²² MENDES, 2012, p. 40.

²³ Ibid., p. 46.

²⁴ Ibid., p. 55.

interpretação de um sistema de justiça criminal que constrói a figura do delinquente pela atribuição de etiquetas sociais, onde indagações até então sobre “quem é o criminoso?” passam agora ser “quem é definido como criminoso?”²⁵.

Nesse contexto, percebe-se que o processo de construção social da criminalidade está intrinsecamente ligado a repartição desigual dos recursos do sistema: as posições de vantagem e desvantagem, de dominação e exploração, de força e de vulnerabilidade, de centro e de periferia, decifrando o funcionamento seletivo do sistema de justiça criminal²⁶.

Com a crítica criminológica, o próprio sistema de punitividade passa a ser o objeto de investigação, sobretudo os mecanismos seletivos de definição das condutas puníveis (criminalização primária), os critérios desiguais de incidência das agências de controle sobre as populações vulneráveis (criminalização secundária) e os instrumentos perversos que transformam a execução das penas em fontes de reprodução de estigmas²⁷.

Com a Criminologia feminista, o sistema de justiça criminal passa a ter uma interpretação macrosociológica no marco das categorias de patriarcado e de gênero²⁸, bem como indagações sobre de que modo a mulher é inserida no sistema de justiça criminal. Nota-se também que o desenvolvimento dessa criminologia requer inclusão de novos femininos que historicamente sempre foram invisíveis, cujas vulnerabilidades específicas também determinam violências específicas²⁹.

²⁵ CHERNICHARO, Luciana Peluzio. *Sobre mulheres e prisões: seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil*. Rio de Janeiro, 2014. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade Nacional de Direito. Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 17.

²⁶ BARATTA, Alessandro. O Paradigma do Gênero: da Questão Criminal à Questão Humana In: CAMPOS, Carmen Hein de. *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 41.

²⁷ CAMPOS, Carmen Hein de. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira In: CAMPOS, Carmen Hein de. *Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 151.

²⁸ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher In: *Revista Sequência*. Florianópolis. Ano 2005, n. 50. p. 73.

²⁹ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Teoria crítica feminista e crítica à(s) criminologia(s): estudo para uma perspectiva feminista em criminologia no Brasil*. Porto Alegre, 2013. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais.

A criminologia feminista, porta-voz do movimento feminista no campo de investigação sobre o sistema penal, permitiu ao ‘malestream’ criminológico compreender a lógica androcêntrica que define o funcionamento das estruturas de controle punitivo. Ao trazer a perspectiva das mulheres para o centro dos estudos criminológicos, a criminologia feminista denunciou as violências produzidas pela forma mentis masculina de interpretação e aplicação do direito penal. O sistema penal centrado no ‘homem’ (androcêntrico) invariavelmente produziu o que a criminologia feminista identificou como dupla violência contra a mulher. Em um primeiro momento, invisibiliza ou subvaloriza as violências de gênero, ou seja, as violências decorrentes normalmente das relações afetivo-familiares e que ocorrem no ambiente doméstico, como são a grande parte dos casos de homicídios, lesões corporais, ameaças, injúrias, estupros, sequestros e cárceres privados nos quais as mulheres são vítimas. No segundo momento, quando a mulher é sujeito ativo do delito, a criminologia feminista evidenciou o conjunto de metarregras que produzem o aumento da punição ou o agravamento das formas de execução das penas exclusivamente em decorrência da condição de gênero³⁰.

De acordo com Alessandro Baratta³¹, tendo em vista que o sistema de controle dirigido à mulher era o informal, realizado na família através do domínio patriarcal na esfera privada, o direito penal era dirigido especificamente aos homens, enquanto protagonistas do espaço público e da esfera produtiva material. Embora os dois sistemas possuísem competências distintas na reprodução do *status quo* social, em ambos os casos o controle é de gênero masculino, prevalecendo os elementos socialmente atribuídos ao homem e as qualidades “objetivas” masculinas: enquanto que no primeiro temos a dominação homem-mulher, no segundo temos a relação de domínio de homens sobre outros homens.

Essa dupla punição da mulher está tanto presente que figuram no sistema como vítimas, como também nas que figuram no sistema penal como autoras de um delito. Percebe-se que a mulher, antes apenas sob um processo de controle social privado, passa a ser vítima do controle social formal acionado pelo sistema de justiça criminal.

No que toca à sua condição de vítima, segundo a Professora Vera Regina Pereira de Andrade³², o acionamento da justiça criminal não faz com que haja uma ruptura com o espaço privado que violenta e discrimina a

³⁰ CAMPOS, 2011, p. 152.

³¹ BARATTA, 1999, p. 46-47.

³² ANDRADE, 2005, p. 76.

mulher e sim uma interação entre o controle social informal exercido na esfera privada e o controle formal exercido pelo sistema penal, duplicando a violência exercida contra elas. O sofrimento é duplicado na passagem da violência exercida pelo homem para os braços do sistema penal, que reproduz a violência estrutural das relações sociais patriarcais.

Seja na condição de autora ou de vítima, nota-se que o sistema de justiça penal contribui de modo integrativo com o sistema de controle social informal³³: ele se dirige às mulheres na medida em que o controle pelo patriarcado privado é insuficiente para manutenção das estruturas de gênero da sociedade de classes patriarcal.

Tradicionalmente, os delitos imputados às mulheres sempre tiveram uma conotação diretamente interligada a sua condição de gênero, correspondendo ao estereotipo de uma criminalidade realizada no âmbito da esfera privada, como por exemplo, o aborto, infanticídio, abandono de menores, refletindo bastante o machismo que reserva às mulheres a função de reprodutora e do lar.

Importante perceber que ao criminalizar uma mulher por abortar, estamos contestando o conservadorismo que nega às mulheres o direito de controlar os processos biológicos do seu próprio corpo e, mais do que isso, asseguramos que questões como essas reflitam as experiências das mulheres de minorias étnicas. Ademais, proibir mulheres de exercer sobre o seu corpo suas regras, é vivenciar mais uma forma de violência: o ataque às nossas escolhas reprodutivas e de sexualidade³⁴.

Mas não é só. A criminalização do aborto serve para representar simbolicamente o papel de reprodutora conferido às mulheres na esfera privada, assegurando o domínio patriarcal, que passa a ocupar um lugar desigual e conseqüentemente, subordinado, na produção material social e formação de patrimônios. Além disso, quando privadas de sua liberdade,

³³ BARATTA, 1999, p. 49.

³⁴ DAVIS, Angela Y. *Mulheres, Cultura e Política*. CANDIANI, Hecci Regina (Trad.). 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 37-41.

como forma de reafirmar o lugar da mulher e seu controle na sociedade patriarcal, o cárcere feminino deixa muito a desejar em oferecer as mulheres condições para que depois de cumprirem a pena levassem uma vida autônoma, mas para que se dedicassem a ser esposas fieis, dedicadas e responsáveis pelos cuidados do lar, reproduzindo, assim, papeis femininos socialmente construídos³⁵.

Dessa forma, ao criar e manter estereótipos sociais, como o papel reprodutivo conferido à mulher, o Direito é diretamente responsável como mecanismo de manutenção das relações de poder existentes na sociedade³⁶.

A maneira como o sistema é construído, por homens e para homens, reafirmando e reproduzindo as desigualdades de gênero, vem acabar com o mito da neutralidade de gênero, tendo em vista a impossibilidade de um direito androcêntrico acolher mulheres.

Isso não só reflete na posição da mulher como autora do delito, conforme já aludido anteriormente, mas também na mulher como vítima. Os crimes sexuais, até 2009, se inseriam no título “dos crimes contra os costumes”, indicando que a violação contra a mulher por muito tempo foi considerada pelo legislador como uma violação aos costumes e não à liberdade sexual da vítima³⁷.

Esses “crimes contra os costumes”, como posse sexual mediante fraude (art. 214), atentado ao pudor mediante fraude (art. 215), sedução (art. 216), entre outros, requerem que a vítima seja honesta, pré-selecionando a vitimização e excluindo aquelas consideradas “desonestas”, como por exemplo, as prostitutas³⁸.

³⁵ BARATTA, 1999, p. 50.

³⁶ CHERNICHARO, 2014, p. 64.

³⁷ SABADELL, Ana Lúcia *Manual de Sociologia Jurídica: Introdução a uma Leitura Externa do Direito*. 4ª ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2008 apud CHERNICHARO, Luciana Peluzio. *Sobre mulheres e prisões: seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil*. Rio de Janeiro, 2014. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade Nacional de Direito. Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 64.

³⁸ ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimização feminina?* Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, 1996. p. 104.

Não muito diferente do que vemos até os dias de hoje no crime de estupro: a vítima que aciona o sistema penal requerendo uma resposta de uma conduta definida como crime ver-se ela própria julgada a todo tempo diante de dúvidas acerca sobre sua credibilidade, pois o que ocorre para muito além da letra lei, é a realidade de um sistema opressor sexista: a “vitimização seletiva das mulheres obedecendo à proteção seletiva do bem jurídico moral sexual”³⁹.

Após muito tempo de silencio, sofrimento e inversão equivocada de culpa, temos visto que poucas mulheres podem alegar não ter sido vítimas de um ataque sexual⁴⁰ e mesmo assim, continua sendo comum contestar a dignidade sexual e moral da mulher, não sendo poupados esforços para retirar sua credibilidade: qual roupa ela vestia, se ela provocou, se foi consentido, se ela sentiu prazer, o porque dela estar andando aquela hora e naquele lugar ou qualquer outro questionamento que concorresse em transferência de culpa.

[...] o julgamento de um crime sexual - inclusive e especialmente o estupro - não é uma arena onde se procede ao reconhecimento de uma violência e violação contra a liberdade sexual feminina nem tampouco onde se julga um homem pelo seu ato. Trata-se de uma arena onde se julgam simultaneamente, confrontados numa fortíssima correlação de forças, a pessoa do autor e da vítima: o seu comportamento, a sua vida pregressa. E onde está em jogo, para a mulher, a sua inteira “reputação sexual” que é - ao lado do *status familiar* - uma variável tão decisiva para o reconhecimento da vitimação sexual feminina, quanto a variável *status social* o é para a criminalização masculina⁴¹.

Outro exemplo onde encontramos a violência institucional em questão, é na Lei Maria da Penha que, apesar de apresentar um importante progresso para o movimento feminista brasileiro contra a violência doméstica, ainda encontra resistência do andocentrismo para ser integralmente cumprida: problemas como o machismo de delegados e juízes, bem como o número insuficiente de delegacias especializadas, faz

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15741>>. Acesso em: 17/05/2018.

³⁹ Ibid., p. 103-105.

⁴⁰ DAVIS, 2016, p. 177.

⁴¹ ANDRADE, Acesso em: 17 mai. 2018.

com que mulheres ainda prefiram permanecer em silêncio por não querer enfrentar toda uma cultura de discriminação, humilhação e estereotipia.

Ainda sobre as resistências encontradas em cumprir integralmente a lei, o *Relatório sobre Medidas Protetivas de Urgência*⁴² produzido pelo Núcleo de Defesa da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ), divulgou, por exemplo, que 97% dos casos de requerimento de alimentos e afastamento do lar são indeferidos pelo juízo, mesmo constando no rol de medidas de proteção e de urgência. Ainda segundo o estudo, 3% dos processos relativos à guarda, visitação e pensão alimentícia do(a)(s) filho(a)(s) dos envolvidos, o juiz solicitou que o caso seja analisado pela Vara de Família.

Nesse contexto, como bem defendeu a coordenadora dos Direitos da Mulher da DPRJ, Arlanza Rebello, é fundamental que se entenda quão necessário é a defesa integral dos direitos da mulher para que ela encontre mais amparo em buscar uma vida fora da violência. De acordo com ela, quando a medida protetiva de alimentos para o(s) filho(a)(s) é negada no juizado de violência doméstica, a mulher procura a vara de família e um pedido que até então tinha que ser apreciado no âmbito do juizado em 48 horas, passa a demorar até 4 meses para ser apreciado, demonstrando que a negativa da aplicação da Lei Maria da Penha em sua integralidade significa insegurança pra mulher vítima de violência⁴³.

Em outras palavras, seja na condição de vítima, seja na condição de autora, o sistema de justiça criminal, arraigado por suas características andocêntricas, está sempre a reiterar o patriarcado: não só é ineficaz em relação à proteção das mulheres no espaço privado, como também é um sistema de violência institucional sobre as vítimas, duplicando a violência contra as mulheres.

⁴² DEPERJ, Diretoria de estudos e pesquisas de acesso à justiça. *Relatório sobre medidas protetivas de urgência*. Disponível em: <http://www.portaldpge.rj.gov.br/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Relatorio_Medidas_Protetivas.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2018.

⁴³ DEPERJ, *Estudo mostra como a Justiça aplica as medidas de proteção à mulher*. Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/4176-Estudo-mostra-como-a-Justica-aplica-as-medidas-de-protecao-a-mulher>>. Acesso em: 08 mai. 2018.

CAPÍTULO 2 - PENA DOIS: TRÁFICO DE DROGAS

2.1 As brechas da Lei 11.343/2006

A legislação brasileira sobre drogas sofreu forte influencia das Convenções das Nações Unidas das quais o Brasil é signatário, incorporadas ao ordenamento jurídico nacional, tendo o Brasil assumido o compromisso de combater o tráfico, reduzir o consumo e demanda, com todos os meios disponíveis, até mesmo através do controle mais drástico: o controle penal⁴⁴.

Para além disso, as estreitas relações entre o Brasil e os Estados Unidos, fez com que o Brasil adotasse o modelo proibicionista norte-americano de combate às drogas, mantendo-se, inicialmente, afastado do modelo prevencionista de controle de entorpecentes que é adotado na maioria dos países da Europa Ocidental⁴⁵.

Paralelamente e paradoxalmente à edição da Constituição Democrática de 1988, percebeu-se um movimento de política criminal de endurecimento de penas, onde várias leis foram editadas, reduzindo garantias e criando novos tipos penais. Dentre elas, destaca-se a Lei dos Crimes Hediondos, que equiparou o tráfico de entorpecentes a esse rol⁴⁶.

Na seara do controle de drogas, bilhões de dinheiros todos os anos é gasto com o pretexto de se combater o “inimigo traficante”, mediante ampla mobilização do exercito e da polícia na “Guerra às Drogas”. Como resultado dessa guerra, o que estamos tendo é o aumento da população prisional, o que por sua vez, alimenta e fortalece a indústria do controle do crime⁴⁷.

⁴⁴ BOITEUX, Luciana. *Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade*. (Tese de Doutorado) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2006a. p. 134.

⁴⁵ Ibid., p. 134.

⁴⁶ Ibid., p. 155.

⁴⁷ Ibid., p. 155.

Uma política criminal de guerra tem efeitos benéficos para a indústria do controle do crime, seja no aquecimento dos gastos públicos com equipamentos adequados, com a reengenharia das divisões encarregadas da inteligência e do confronto, e com a ampliação do sistema penitenciário⁴⁸.

Conectar o atual sistema de encarceramento em massa às formas anteriores de controle social sugere que a Guerra às Drogas é uma grande tentativa de devolver pobres, negros e, agora tendo também como alvo, mulheres, ao seu lugar.

Numa sociedade complexa, e hierarquizada, dita as leis a classe que dispõe de poder. E, obviamente, armará a ordem legal de sorte a garantir a permanência das desigualdades existentes, das quais decorrem as vantagens que lhes bafejam os membros, tanto quanto os ônus suportados pelas massas oprimidas. Ou seja: a ordem jurídica, elaboraram-na os grupos dominantes, em termos de poder, com o propósito político de assegurar a conservação do status quo sócio-econômico⁴⁹.

Luciana Boiteux associa esse direito penal que se apresenta excessivamente intervencionista e preventivo como ilusório e falho:

Ocorre que esse tipo de direito penal simbólico, além de criar uma realidade fictícia, ou reforçar o medo, para justificar a necessidade de adoção de medidas repressivas, eleger políticos e ampliar o mercado do produto “prisão” e “segurança”, ainda “vende” um “remédio falso”, pois atribui à força intimidatória da lei penal o efeito de redução da criminalidade, quando na verdade seu único poder é o de superlotar as prisões⁵⁰.

Nos Estados Unidos, a maioria das pessoas supõe que a Guerra às Drogas foi iniciada em resposta ao crack nos bairros centrais das grandes cidades. Essa visão alimentada pela mídia sensacionalista que divulgava imagens confirmando os piores estereótipos raciais dos moradores dessas regiões, fez com que se considerasse que as disparidades raciais nas condenações relativas a drogas e o rápido vertiginoso aumento da população prisional, refletissem zelosos e ávidos esforços governamentais

⁴⁸ BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. n. 20. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. p. 89.

⁴⁹ THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007. p. 47.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 156.

em combater o aumento desenfreado dos crimes ligados a droga nos bairros pobres⁵¹.

Acontece que essa visão está totalmente equivocada tendo em vista que o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, anunciou a política de Guerra às Drogas em 1982, antes do crack ser tornar uma crise nos bairros povoados por pessoas negras e pobres ou ser um assunto na mídia.

Produto de todo essa realidade fictícia, no Brasil, como reflexo ao que estava sendo vendido na mídia de que “com a nova lei de drogas o usuário não podia ser mais preso”⁵² e, paralelamente, de que a pena mínima para o crime de tráfico de drogas aumentou para cinco anos de reclusão, a Lei 11.343/06 foi recepcionada favoravelmente pela sociedade.

Percebe-se, assim, que a política criminal de drogas no Brasil do início do século XX denotou um proibicionismo moderado: o usuário, que teve sua conduta quase despenalizada, se distingue do traficante, que teve reforçadas as penas e as condições de encarceramento, superlotando as prisões⁵³.

No campo da política de drogas, reforçou-se ainda mais a divisão entre o sistema aplicável ao consumidor de drogas da classe média, que tem dinheiro para pagar pelo seu vício, e o consumidor-traficante, que precisa vender a droga para sustentar suas necessidades⁵⁴.

Para Luciana Boiteux, o grande destaque que foi dado a despenalização da posse de entorpecentes serviu como uma “cortina de fumaça” para encobrir o desproporcional aumento de pena do delito de tráfico de drogas.

[...] destaca-se que a posse de drogas ilícitas para uso próprio já havia sido despenalizada, na prática, desde a Lei 6.416/77, que ampliou o sursis, e foi

⁵¹ ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. DAVOGLIO, Pedro (Trad.). 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 40.

⁵² BOITEUX, Luciana. A nova lei antidrogas e o aumento da pena do delito de tráfico de entorpecentes. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRim)*. São Paulo, v. 14, n.167, out/2006b. p.8-9.

⁵³ BOITEUX, 2006a, p. 167.

⁵⁴ Ibid., p.163.

reforçada mais adiante pela Lei 9.099/95, que trouxe a possibilidade da suspensão condicional do processo e, mais recentemente, pela Lei 10.259/01, que aumentou o alcance da transação penal. Na realidade, a tão destacada impossibilidade de usuários serem presos já existia, sendo a nova lei de drogas apenas um símbolo, por ser a primeira vez em que se deixa de prever pena de prisão para um delito, ainda que mantendo o usuário dentro da esfera de controle penal, enquanto que, na prática, pouco altera a realidade social⁵⁵.

A importação pelo Brasil do modelo norte-americano de controle do crime, através do qual reforça o controle social sobre as classes mais baixas pelo aumento de número de presos, só potencializou os problemas do sistema penitenciário, sem ter conseguido resolver o problema da criminalidade⁵⁶.

O controle social sobre as classes mais baixas pode ser facilmente imaginado pela seguinte hipótese: imaginemos dois garotos de dezoito anos negociando a compra de droga ilícita e a polícia os flagra no momento que o vendedor que é pobre e vende sua droga para sobreviver entrega a mercadoria pro usuário rico que tem dinheiro mais do que suficiente para comprar a droga sem traficar. Enquanto que o rico seria encaminhado ao Juizado especial e não poderia ser preso, o pobre estaria sujeito a uma pena mínima de cinco anos, tendo somente direito à liberdade condicional caso fosse cumprida dois terços da pena, desde que não fosse reincidente específico. Desse modo, nota-se o abismo enorme entre a figura do usuário e do traficante (leia-se: pequenos traficantes que foram selecionados pelo sistema para cumprirem pena)⁵⁷.

O mesmo consenso público de neutralidade racial que permanece nos Estados Unidos também é reproduzido no Brasil. Nos Estados Unidos, hoje, segundo Michelle Alexander, “a crença difundida de que a raça não importa mais, nos cegou para as realidades da raça em nossa sociedade e facilitou a emergência de um novo sistema de castas”⁵⁸. O racismo é adaptável e por mais que a justiça criminal, esse novo sistema de controle social, pretenda

⁵⁵ BOITEUX, 2006b, p. 8-9.

⁵⁶ BOITEUX, 2006a, p. 156.

⁵⁷ BOITEUX, op. cit., p. 8-9.

⁵⁸ ALEXANDER, 2017, p. 49.

ser racialmente neutro, ele não só cria, como também mantém, uma hierarquia racial do mesmo modo que faziam os sistemas anteriores (como por exemplo, a escravidão)⁵⁹.

O crime autoriza a ação punitiva, que busca a manutenção do domínio. Agora, é a classificação de alguém como criminoso, muito mais em função de suas características do que pelo ato efetivamente praticado, que abre ensejo ao poder para toma-lo sob sua guarda e submete-lo a uma operação de “opotopedia social”⁶⁰.

O sistema punitivo brasileiro, conforme exposto pelo Ministro Luís Roberto Barroso⁶¹, é perverso: ele é feito para pegar menino pobre com 100g de maconha. De acordo com ministro, o sistema trata diferentemente, desde a legislação, crimes de ricos e de pobres. Isso é ilustrado, por exemplo, no tratamento diferenciado dado ao furto e à sonegação: na sonegação, se o contribuinte que deliberadamente sonegou pagar até depois do trânsito em julgado, fica extinta sua punibilidade. Pobre não sonega e, portanto, as regras jurídicas que estruturam o sistema garantem resultados seletivos e discriminatórios.

Na era da neutralidade racial, não é mais permissível socialmente usar a raça, explicitamente, como justificativa para a discriminação, a exclusão e o desprezo social. Então não a usamos. Em vez de nos servirmos de raça, usamos nosso sistema de justiça criminal para pregar nas pessoas não brancas o rótulo “criminoso” e, com isso, nos permitimos prosseguir com as mesmas práticas que supostamente teríamos deixado para trás⁶².

O artigo 33 da Lei 11.434/06, que aumentou a pena mínima do tráfico de 3 para 5 anos de reclusão, prevê dezoito verbos nucleares⁶³, não

⁵⁹ ALEXANDER, 2017, p. 51.

⁶⁰ FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídica In: *Cadernos da PUC*. Rio de Janeiro, 1978. p. 68 apud THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007. p. 123.

⁶¹ BARROSO, 2018.

⁶² ALEXANDER, 2017, p. 36.

⁶³ Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

havendo distinção objetiva entre as varias ações típicas, do quantitativo de pena para cada núcleo do tipo e não existindo tipos penais intermediários capazes de graduar a pena com proporcionalidade⁶⁴.

O princípio da proporcionalidade se apresenta como um princípio geral do direito que proíbe que o indivíduo sofra ônus desnecessários quando se comporte de forma inadequada em face da norma jurídica. Devem ser considerados dois pressupostos: o da *necessidade* (de natureza técnico-instrumental) e o da *adequação* (normativo). É um princípio que se destaca por “proibir o excesso” da intervenção do Estado sobre o cidadão sendo, portanto, guardião da liberdade.

Desse modo, apesar das diferenças significativas entre as ações típicas e de quão distinta é a lesão ao bem jurídico tutelado (saúde pública), sendo a quantidade de pena prevista igual para todas as ações contidas no tipo, isso dá margem a punições extremamente injustas⁶⁵. Acaba, assim, tendo o magistrado que se guiar por uma zona obscura entre o mínimo e o máximo de penas, em condutas muito diferentes uma das outras que nem sempre coloca efetivamente em risco o bem jurídico que se pretende tutelar, sem exigir a finalidade de lucro ou de comercialização⁶⁶.

Apesar de a própria Secretaria de Segurança admitir diferentes níveis de delinquência ao tratar do tráfico, a conduta de quem dispara fogos de artifício para avisar da chegada da polícia recebe o mesmo tratamento penal de quem tem o comando do negócio no varejo, bem como dos grandes produtores e daqueles respeitáveis empresários que financiam a produção e o comércio destas substancias com todos respondendo, em abstrato, pelo mesmo crime⁶⁷.

⁶⁴ ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. *A Política de “Guerra às Drogas” e o hiperencarceramento feminino no Brasil: uma crítica necessária ao sistema de justiça criminal positivista e patriarcal*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. p. 2.

⁶⁵ BOITEUX, Luciana. Tráfico e Constituição: um estudo sobre a atuação da justiça criminal do Rio de Janeiro e de Brasília no crime de tráfico de drogas In: *Revista Jurídica. Brasília*, v. 11, n. 94, jun./set.2009. p. 6.

⁶⁶ CARVALHO, Salo de. *A política criminal de drogas no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 191 apud ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. *A Política de “Guerra às Drogas” e o hiperencarceramento feminino no Brasil: uma crítica necessária ao sistema de justiça criminal positivista e patriarcal*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. p. 2.

⁶⁷ ZACCONE, Orlando. *Acionistas do nada: Quem são os traficantes de droga*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, ago/2011. p. 12.

O §4º do artigo 33⁶⁸ da Lei 11.343/06 que prevê a possibilidade dessa graduação não se demonstra suficiente para garantir uma resposta proporcional à violação, visto que, apesar da maioria do perfil dos considerados traficantes atendem as especificações desse parágrafo – seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas e nem integre organização criminosa –, como veremos a seguir, é pouco utilizado pelos magistrados visto que a pena de prisão, na maioria dos casos, é estabelecida em cinco anos ou acima do mínimo.

Além disso, cumpre-se ressaltar que embora tenha se caracterizado um marco de suma importância o artigo 28 da Lei 11.343/2006⁶⁹ despenalizar a posse para uso próprio, tendo em vista a exclusão da pena privativa de liberdade e a substituição por medidas alternativas, além de pouca relevância estatística como já dito anteriormente, se manteve a zona cinzenta pela falta de definição de parâmetros objetivos para distinguir tráfico e uso. O §2º do artigo 28 da Lei 11.343/06⁷⁰ prevê como critério adotado para distinguir o usuário do traficante, que o juiz deverá observar a natureza e a quantidade da substância apreendida, o local e as condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias pessoais e sociais, bem como a conduta e os antecedentes do agente. Critérios que por falta de especificidade dependem também da boa vontade do magistrado.

Nesse mesmo sentido, a lacuna deixada pela lei em definir critérios objetivos, abre margem para subjetividade, conferindo amplos poderes aos policiais em optar entre tipificar como uso ou como tráfico, levando muitas vezes, um usuário ser considerado traficante em razão do local que foi

⁶⁸ § 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

⁶⁹ Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I - advertência sobre os efeitos das drogas; II - prestação de serviços à comunidade; III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

⁷⁰ § 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

abordado, mesmo que com pouca quantidade de droga e sozinha. Fato é que o tratamento penal dado à figura do comerciante de drogas ilícitas pela Lei 11.343/2006 não apresenta parâmetros seguros que diferencie o usuário, pequeno, médio, grande traficante, fazendo com que as autoridades locais estejam sempre direcionadas às camadas sociais mais vulneráveis.

A conclusão é simples e muito bem ilustrada por Luciana Boiteux que diz que:

Assim, a mera despenalização do uso de drogas, mesmo benéfica ao usuário, é ainda muito tímida, por insistir em manter o controle penal sobre o uso de todas as drogas, independente de quantidade, ainda que tal uso não cause qualquer risco concreto aos demais. Mas muito pior, sem dúvida, será a condenação de pequenos traficantes a penas de, no mínimo, cinco anos, por retirar os pequenos traficantes de seu convívio familiar, integrando-os nas facções criminosas, além de submetê-los à estigmatização, humilhação e violência dentro das prisões. Ao deixarem a penitenciária, com atitudes violentas e sem opções de trabalho, tornar-se-ão ainda mais vulneráveis à reincidência, seja no tráfico, seja nos crimes patrimoniais, como resultado do aprendizado da delinquência na cadeia⁷¹.

Enquanto que a despenalização só alcança aquele que não precisa traficar para consumir drogas, os pobres, pretos, favelados e, como novo alvo, mulheres, continuam sendo tratados como alvo da seletividade e severidade penal.

2.2 Arbitrariedades das sentenças judiciais sobre tráfico de drogas

O relatório final apresentado pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro que diz respeito a *Pesquisa sobre as sentenças judiciais por tráfico de drogas na cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro*⁷², onde foram coletados dados de 2.591 sentenças prolatadas pelos juízos da Capital e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em relação aos crimes dos

⁷¹ BOITEUX, 2006b, p. 8-9.

⁷² DEPERJ, Diretoria de estudos e pesquisas de acesso à justiça. *Relatório final da pesquisa sobre as sentenças judiciais por tráfico de drogas na cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.portaldpge.rj.gov.br/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Relatorio_Pesquisa_Lei_Drogas.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2018.

artigos 33, 34, 35 e 37 da Lei de Drogas, no período entre agosto de 2014 e janeiro de 2016, reflete a arbitrariedade das sentenças judiciais.

O perfil das pessoas com mais chance de serem condenadas pelo crime de tráfico de drogas na cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro não é um dado surpreendente: 1) réus primários e sem antecedentes criminais; 2) presos em flagrante sozinhos; 3) sem porte de arma; 4) portando pouca quantidade de droga; 5) durante operações policiais realizadas em áreas que supostamente seriam dominadas por organizações criminosas; 6) na grande maioria das condenações não há concurso material entre o crime de tráfico e outros crimes. O que aparece em concurso é a associação para o tráfico.

Embora se tenha observado que na maior parte dos casos analisados, os réus sejam majoritariamente do sexo masculino (91%), verificou-se que em Bangu e em Magé, comarcas que possuem unidades prisionais, a proporção entre homens e mulheres é menor. Isso pode ser explicado pelas chamadas *mulheres mulas*, com tratamento no capítulo seguinte, que são mulheres que tentam entrar com drogas nessas unidades (49,40% das mulheres foram abordadas em unidades prisionais).

Com relação à primariedade, a pesquisa revelou que 73,85% dos réus são primários e apenas 11,82% dão reincidentes. Além disso, 77,36% não tinham antecedentes criminais.

Como já falamos anteriormente, alguns critérios como as circunstâncias pessoais e sociais do acusado, bem como a natureza e a quantidade da substância apreendida serve para valorar o entendimento do juiz sobre se a droga se destinava a consumo pessoal ou não (§2º do artigo 28 da Lei 11.343/06). Poucas foram as sentenças em que o juiz levou em consideração as condições socioeconômicas e pessoais do acusado: 91,16% das decisões não teve esses critérios analisados para diferenciar as condutas de tráfico e porte. A análise da natureza da substância também não aparece em 72,23% das vezes.

A ausência de concurso material entre o crime de tráfico e outros crimes pode também ser bem observado aqui. Nas denúncias oferecidas pelo Ministério Público, 40,27% delas envolve apenas o tipo penal do artigo 33 (tráfico) e 42,70% envolve o artigo 33 em conjunto com o artigo 35 (associação). Contudo, observa-se que os juízes não têm acolhido integralmente as denúncias, visto que em números absolutos, a maior parte das condenações se deu pelo artigo 33 (53,30%) ou pelo concurso dos artigos 33 e 35 (26,33%).

Com isso, também se comprovou o que falamos anteriormente sobre o §4º do artigo 33 da Lei 11.343/06 que apesar de prever a possibilidade da graduação da pena única entre as dezoito diferentes condutas previstas no tipo, não tem garantido a proporcionalidade esperada à violação penal visto que apesar do perfil majoritário ser de réus primários, de bons antecedentes, que não se dedica às atividades criminosas e não integra organização criminosa, verificou-se que em 69,40% dos casos a pena mínima foi aplicada.

A zona é tão obscura e incerta que corriqueiramente a justificativa da não aplicação do §4º é associada a quantidade de droga, mesmo sem esse ser um dos requisitos legais previstos capazes de afastar o benefício, percebendo-se uma tendência em relacionar “grande quantidade de droga” com “traficância eventual” por parte dos magistrados, como bem ilustrado na Pesquisa em análise:

Nos termos do art. 42 da Lei 11.343/06, há que se fixar a pena base acima do mínimo legal diante da grande quantidade de material entorpecente apreendido. Fixo a pena base em SEIS ANOS DE RECLUSÃO. 2ª FASE: Não existem agravantes nem atenuantes. Mantenho a pena em SEIS ANOS DE RECLUSÃO. 3ª FASE: Não existem causas de aumento. Deixo de aplicar a causa de redução do art. 33, §4º, da Lei 11.343/06, pois, considerando a grande quantidade de material entorpecente apreendida, não se pode enquadrar o réu como traficante eventual. Quase um kilo de droga demonstra que o réu possuía estrutura

organizada para a prática habitual de o crime de tráfico de drogas”. (Processo no 0016817-22.2014.8.19.0204)⁷³.

No tocante à ação policial, em 50,39% das prisões, o réu estava sozinho. De acordo com Luciana Boiteux⁷⁴, nota-se que os traficantes selecionados pelo sistema penal atuam individualmente ou foram presos nessa situação. Assim, ao contrário do que prega o senso comum, percebe-se que o traficante condenado não é por definição integrante de organização criminosa e nem atua, necessariamente, em associação.

Ademais, verificou-se que em 83,13% dos casos, as prisões resultam de flagrante nas operações regulares realizadas pela polícia, seja nas ruas ou em unidades prisionais, sugerindo causalidade no encontro da droga. Apenas 6,1% das prisões decorrem do trabalho de investigação policial, ilustrando que o foco das agências de segurança pública é o varejo do tráfico (uma forma de atuação que permite a manutenção do controle repressivo sobre as populações vulneráveis e territórios instáveis). Em 44,14% das sentenças conteve referencia da ação ter ocorrido em favela, morro ou comunidade.

Além de todo exposto, notou-se que quando há condenação pelo concurso das condutas previstas no artigo 33 e 35, a justificativa mais utilizada pelo juiz é a *presunção* de que o réu integra associação criminosa, em razão do local da prisão, que é dominado por facção criminosa, seguida do fato do réu portar radio transmissor ou arma. Com isso, quanto aos locais de ocorrência já temos um mapa seletivo: 45,30% das ocorrências foi na Zona Norte, 18,76% se deram dentro do sistema prisional, 17,08% na Zona Oeste e claro, apenas 5,25% na Zona Sul.

⁷³ DEPERJ, Diretoria de estudos e pesquisas de acesso à justiça. *Relatório final da pesquisa sobre as sentenças judiciais por tráfico de drogas na cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro*. p. 69. Disponível em: <http://www.portaldpge.rj.gov.br/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Relatorio_Pesquisa_Lei_Drogas.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2018.

⁷⁴ BOITEUX, 2009, p. 10.

Como disse o Ministro Luís Roberto Barroso⁷⁵, é preciso ser enfrentada as definições de quais quantidades devem caracterizar tráfico ou consumo porque como a pesquisa revelou, dependendo do lugar da prisão, a mesma quantidade varia para tráfico e consumo. Como a maior parte das apreensões são na Zona Norte e Zona Oeste, nas comunidades pobres uma quantidade é tráfico e a mesma quantidade é consumo na zona sul. Se não estabelecer um parâmetro quantitativo, se aprofunda a discriminação e desigualdade brasileira.

Sendo assim, enquanto que nas áreas pobres da cidade do Rio de Janeiro o comércio varejista de drogas ilícitas é atribuído ao que se chama de traficantes, nas áreas ricas, o tráfico fluirá com baixas taxas de criminalização, sempre procurando por soluções abolicionistas⁷⁶.

Como ilustração da discriminação diante do lugar que ocorre a apreensão, cumpre ressaltar os dizeres de Luciana Boiteux, coordenadora de uma pesquisa realizada entre março de 2007 e julho de 2009, propondo uma reflexão sobre a política de guerra às drogas diante da pesquisa de campo na Justiça Criminal do Rio de Janeiro e em Brasília, notando-se o preconceito com relação aos moradores de favelas:

Na análise qualitativa das sentenças, um dos juízes estaduais cariocas justificou a rejeição à redução da pena dizendo que “quem vende drogas em favelas e/ou comunidades dominadas por facções criminosas não pode fazer jus a tal benefício” – em referência ao § 4º do art. 33. Trata-se, portanto, de importante questão a ser investigada: se haveria preconceito dos magistrados cariocas com relação a moradores de favelas e se este fator prejudica o acusado na sentença, como parece ser o caso⁷⁷.

Voltando à pesquisa principal que guia este capítulo, sobre as sentenças judiciais por tráfico de drogas na cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro, verificou-se que em 62,33% das sentenças, os agentes de segurança responsáveis pela prisão foram as únicas testemunhas ouvidas no

⁷⁵ BARROSO, 2018.

⁷⁶ ZACCONE, 2011, p. 7.

⁷⁷ BOITEUX, 2009, p. 18.

processo e em 53,79% dos casos, seus depoimentos foram a principal prova considerada pelo juiz para condenar o acusado. A soma dos processos nos quais os agentes de segurança figuram como testemunhas é de 94,98%. A justificativa utilizada para dar credibilidade ao depoimento policial é a Súmula 70⁷⁸ do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, segundo a qual “O fato de restringir-se a prova oral a depoimentos de autoridades policiais e seus agentes não desautoriza a condenação”.

Desse modo, não só há uma filtragem pela polícia sobre quais casos vão chegar à justiça criminal, como também há uma seletividade feita por eles sobre quais casos serão enviados às prisões, tendo em vista que muitas vezes eles são as únicas testemunhas dos fatos delituosos arrolados na denúncia⁷⁹.

No tocante a quantidade de drogas apreendidas, em 48,04% dos casos analisados, os acusados foram presos com uma única droga. Sobre a cocaína, 47,25% das apreensões foram de até 50 gramas. Já em relação a maconha, 49,72% de apreensões foram de até 100 gramas.

Para piorar o cenário, do total de casos analisados, as absolvições chegam a 20%, enquanto 36,51% das sentenças aplicam-se penas alternativas à prisão. Isso demonstra que tem ocorrido um numero excessivo de prisões provisórias, na medida em que ao final do processo, a prisão se revela desnecessária em mais da metade dos casos.

A vaga que ele ocupou no sistema penitenciário custou 40 mil reais para ser criada e custa mais de dois mil reais por mês para ser mantida. No dia seguinte a sua prisão, o tráfico já o substituiu, existe um exército de reserva para entrar no lugar dele. Ou seja, você destruiu a vida desse rapaz, custou dinheiro para a sociedade, ele sai pior do que ele entrou e não produz nenhum impacto sobre o tráfico. Apesar de muita gente ainda ter preconceito com a descriminalização, as autoridades de segurança pública e a sociedade brasileira tem que admitir que essa política fracassou e por isso deve ser pensado alternativas à prisão [...] nos casos em que as quantidades são pequenas e se presume que não se integre

⁷⁸ TJ-RJ. Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº 2002.146.00001 (Enunciado Criminal nº 02, do TJRJ) - Julgamento em: 04/08/2003 - Votação: unânime - Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro - Registro de Acórdão em: 05/03/2004 - fls. 565-572.

⁷⁹ BOITEUX, 2009, p. 21.

organização criminosa e provavelmente a sentença vai ser medida alternativa e não pena privativa de liberdade, não se deve prender preventivamente⁸⁰.

Os selecionados para serem os grandes inimigos do Estado, como pode se ver, na realidade estão ligados aos elos mais fracos da estrutura do comércio de drogas ilícitas e “não obstante sua pouca importância, sofrem toda a intensidade da repressão, e são facilmente substituíveis em caso de morte ou prisão e em nada interferem na estrutura final da organização”. Diante de todo esse quadro, o que se percebe é que a política de guerra às drogas atua como legitimadora do modelo criminalizador da pobreza no Brasil⁸¹.

O sistema penal revê assim o estado de miserabilidade dos varejistas das drogas ilícitas, conhecidos como ‘esticas’, ‘mulas’, ‘aviões’, ou seja, aqueles jovens (e até idosos) pobres das favelas e periferias cariocas, responsáveis pela venda de drogas no varejo, alvos fáceis da repressão policial por não apresentarem nenhuma resistência aos comandos de prisão⁸².

2.3 Papel subalterno da mulher no tráfico

Como já enfrentado por nós anteriormente, a criminalidade feminina sempre esteve associada com a sua condição de gênero. Contudo, esse cenário tem mudado, principalmente em razão da mudança da política penal de guerra às drogas e do envolvimento da mulher no tráfico de drogas para manter a subsistência dos encargos familiares.

De acordo com o World Female Imprisonment List⁸³, relatório produzido pelo Institute for Criminal Policy Research da Birkbeck, University of London, existem mais de 700.000 presas ao redor do mundo, aumentando em torno de 50% desde 2000 o número de mulheres presas.

⁸⁰ BARROSO, 2018.

⁸¹ BOITEUX, 2009, p. 22.

⁸² ZACCONE, 2011, p. 12.

⁸³ WALMSLEY, Roy. *World Female Imprisonment List*. Institute for Criminal Policy Research. Disponível em: <http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_third_edition_0.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2018.

Segundo os dados do INFOPEN MULHERES⁸⁴, entre 2000 e 2014, no Brasil, o número de mulheres presas aumentou 567%, enquanto o de homens aumentou 220%. Em torno de 68% dessas mulheres estão presas por tráfico de drogas.

Com isso, no Brasil, constatou-se um salto de 6,5 mulheres presas para cada 100 mil mulheres em 2000 para 36,4 mulheres presas para 100 mil mulheres em 2014, tendo um aumento da taxa de aprisionamento de mulheres de 460% neste intervalo de tempo, enquanto que a taxa total de aprisionamento aumentou 119% neste mesmo período.

Ainda que a população carcerária feminina ainda seja minoria frente à masculina, o que observamos é que há uma grande relação entre o aumento de número de mulheres presas com a adoção de leis mais duras em relação ao tráfico de drogas. Em 2006, 17.216 mulheres estavam presas no Brasil, chegando ao patamar de 37.380 mulheres presas em 2014.

Os dados fornecidos pelo INFOPEN demonstram o encarceramento feminino segue padrões de criminalidade distintos do público masculino: 25% dos crimes pelos quais os homens respondem estão ligados ao tráfico, enquanto que para as mulheres essa proporção chega a 68%. Entretanto, o número de crimes de roubo registrado para homens é três vezes maior do que para as mulheres.

Como vimos através dos indicadores sociais das mulheres no Brasil, fornecidos pelo IBGE, existe um abismo ainda muito grande em relação à igualdade de gênero que se pretende atingir referente aos seus papéis sociais, refletindo um maior nível de pobreza entre as mulheres.

Os dados do IPEA - 2011⁸⁵ demonstram o quanto as desigualdades de gênero e raça são estruturantes da desigualdade social.

⁸⁴ INFOPEN. Ministério da Justiça, *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Atualização) – 2016*. Acesso em: 18 mai. 2018.

⁸⁵ IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

Apesar da crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho, as desigualdades permanecem. Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda *per capita* média domiciliar de uma família chefiada por um homem branco é de R\$997,00, enquanto que para uma família chefiada por uma mulher negra é de R\$491,00⁸⁶.

A desigualdade torna-se ainda mais grosseira a medida que se tem cada vez mais famílias brasileiras mantidas economicamente por mulheres. Segundo o estudo realizado pelo IPEA - 2011, o aumento de mulheres chefes de família passou de 22,9% em 1995 para 35,2% em 2009.

Percebe-se que além delas serem menos presentes que os homens no mercado de trabalho, ainda ocupam lugares mais precários que eles, reafirmando a desigualdade de gênero existente. O IPEA (2011) revelou que enquanto a taxa de desemprego dos homens brancos é de 5%, esse número para as mulheres negras é de 12%. Além disso, em 2009, enquanto que 43% dos homens brancos trabalhavam com carteira assinada, apenas 25% das mulheres negras estavam no trabalho formal⁸⁷.

Nesse contexto, de maneira geral, o que vem se notando é que os índices mais intensos de pobreza se encontram entre mulheres e domicílios chefiados por elas.

De forma mais específica, a feminização da pobreza se refere ao aumento dos níveis de pobreza entre mulheres em comparação aos homens, ou entre famílias chefiadas por mulheres de um lado, e por homens ou casais de outro⁸⁸.

Isso pode ser explicado pela crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho não ter sido acompanhada proporcionalmente a uma maior participação dos homens no trabalho doméstico, concluindo que a divisão sexual do trabalho sofreu transformações desiguais⁸⁹.

⁸⁶ IPEA, *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, 2011. Acesso em: 20 mai. 2018.

⁸⁷ *Ibid.*, Acesso em: 20 mai. 2018.

⁸⁸ CHERNICHARO, 2014, p. 73.

⁸⁹ CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama Social da América Latina*. 2013. Disponível em:

Desse modo, a feminização da pobreza possui estreita ligação com a divisão sexual do trabalho, onde percebe-se que a divisão desigual das tarefas domésticas influencia no mercado de trabalho pois as mulheres passam a assumir a chamada “dupla jornada”. Os dados do IPEA (1995-2015), expõem que enquanto a jornada média total das mulheres era de 53,6 horas semanais, a dos homens era de 46,1 horas semanais. Ou seja, a jornada total média semanal das mulheres era superior em 7,5 horas em relação aos homens⁹⁰.

A responsabilidade com os afazeres domésticos e o tempo dedicado a ele tem intrínseca relação com um dos fatores mais determinantes para sua vulnerabilidade: a renda. O IPEA (1995-2015) confirmou que a relação engajamento no trabalho doméstico e renda é inversamente proporcional.

[...] quanto mais alta a renda delas, menor a proporção das que afirmam realizar afazeres domésticos – entre aquelas com renda de até 1 salário mínimo, 94% dedicavam-se aos afazeres domésticos, comparados a 79,5% entre as mulheres com renda superior a 8 salários mínimos⁹¹.

É a necessidade de compatibilizar os afazeres domésticos com a responsabilidade de sustento da família, tornando-as ainda mais vulneráveis pelo difícil acesso aos meios formais de trabalho, que faz com que muitas mulheres solução nas atividades informais que abrigam também mercados considerados ilegais, como o comércio e transporte de drogas.

Escolher o tráfico permite que a mulher exerça não só seu papel tradicional de mãe e do lar, como também o novo papel de mantenedora do lar, possibilitando algum ganho monetário.

É neste contexto que Del Omo (1996:15) vai afirmar que o aumento de mulheres envolvidas na comercialização e no transporte de substâncias ilícitas ocorreu no

<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1252/1/S2013870_pt.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2018.

⁹⁰ IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. 1995-2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2018.

⁹¹ Ibid., Acesso em: 23 mai. 2018.

mesmo momento em que houve a “quebra da estrutura sócio-ocupacional, isto é, mudanças nas relações de trabalho, grandes modificações nas estruturas familiares e o aprofundamento do processo conhecido como ‘feminização da pobreza’⁹².

Desse modo, com a feminização da pobreza, as mulheres encontram no tráfico uma possibilidade de combinar os papéis produtivos e reprodutivos.

O espaço da casa é o lugar mais íntimo, menos exposto, portanto, adequado para essa atividade que exige anonimato. Por outro lado, a casa sempre foi espaço da mulher, que, na qualidade de mãe, assume o papel de organizadora do lar, guardiã do mundo privado, cabendo ao homem o espaço público; assim ela não precisa sair para adentrar este tipo de negócio: ele chega ao mundo doméstico e se adequa perfeitamente⁹³.

Acontece que a vulnerabilidade sob a qual elas se encontram, faz com que as mulheres apresentem maiores chances de serem criminalizadas, seja pela visibilidade da infração, seja pela adequação ao estereótipo de “mulher criminosa” ou até mesmo pela pouca chance de se beneficiarem da corrupção do sistema, ocorrendo a criminalização da pobreza agravada pela situação de gênero⁹⁴.

É possível observar que as mulheres presas simbolizam um dos coletivos mais vulneráveis socialmente de pessoas reclusas: possuem menos recursos econômicos, laborais e são as responsáveis por prover o sustento familiar⁹⁵.

O tráfico obedece um modelo organizacional hierarquizado que possui diferentes papéis dentro de sua estrutura piramidal. No varejo, os pequenos traficantes que costumam ser os únicos presos, tendo em vista que seus “senhores” seguem seguros e protegidos, possuem a característica de

⁹² CHERNICHARO, 2014, p. 72.

⁹³ MOURA, Maria Juruea. *Porta fechada, vida dilacera – mulher, tráfico de drogas e prisão*: estudo realizado no presídio feminino do Ceará. (Dissertação de Mestrado) - Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará, 2005. p. 63.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 78.

⁹⁵ ARGUELLO, 2017, p. 1.

serem totalmente descartáveis e sempre existir um grande exército de reserva prontos para facilmente substituí-los.

A seletividade do gênero não só se reflete na manutenção do papel social que a mulher deve obedecer em uma sociedade de classes patriarcal – já que sua inserção na rede do tráfico possui intrínseca relação com responsabilidade que tem pelos encargos familiares e domésticos –, como também com é espelhado no papel subalterno que a mulher exerce no tráfico.

No tocante à estrutura do tráfico de drogas, cumpre enaltecer que a mesma lógica da divisão sexual do trabalho se opera, reforçando os estereótipos das relações sociais. Neste sentido, diversas pesquisas indicam que no mercado de drogas ilícitas as tarefas mais simples são reservadas às mulheres, como por exemplo, misturar a pasta-base do bicarbonato para a feitura da cocaína, conversar com compradores, fazer o transporte de substâncias no próprio corpo, entre outras atividades. De outro lado, resta evidente que as tarefas de maior complexidade e que envolvem maior ganho de capital ficam a cargo dos homens⁹⁶.

Com relação ao espaço que as mulheres ocupam no tráfico, à elas são reservados lugares específicos que se caracterizam não só por sua submissão e inferioridade construída socialmente através, por exemplo, de salários mais baixos que os homens, mas também são reservadas à elas atividades por sua condição de gênero.

Desse modo, as mulheres estão sempre assumindo dentro dessa rede funções menos complexas, quase sempre vinculadas ao ambiente doméstico, como: enrolar a droga, transportar, informar, etc.⁹⁷.

Indagadas quanto ao lugar que ocupavam na “rede” do tráfico, ficam evidentes, nas respostas das reclusas, as funções subsidiárias ou subalternas a que estão submetidas, como ‘mula’, ‘retalhista’, ‘pião’, ‘assistente’ ou ‘cúmplices’⁹⁸.

No Rio de Janeiro, especificamente, no ano 2000, as funções declaradas pelas mulheres presas eram quase todas elas referentes a esses

⁹⁶ PANCIERI, 2014, p. 39.

⁹⁷ MOURA, 2005, p. 59.

⁹⁸ Ibid., p. 60.

papeis subalternos. Apenas uma pequena parte se intitulou nos papeis principais como “abastecedora/distribuidora” (1,7%), “traficante” (1,7%), “gerente” (1,7%), “caixa/contabilidade” (0,7%), “dona da boca” (1,7%)⁹⁹.

De acordo com Luciana Chernicharo, a mulher, apenas pelo fato de ser mulher, se encaixa, majoritariamente no papel de “mula” por possuir características inerentes à aptidão feminina que possibilitam o exercício deste papel¹⁰⁰.

Além disso, além de ser muito comum serem presas por colaborarem como transportadora para o homem, por motivos pessoais, ou para familiares, também não são raras às vezes que são presas apenas por estarem no local onde foi realizada a apreensão de drogas, razão pela qual já se tornam criminosas¹⁰¹.

De acordo com os dados do INFOPEN MULHERES, 68% das mulheres submetidas ao cárcere possuem respondem pelo crime de tráfico de drogas não relacionado à organizações criminosas, ocupando um papel subalterno no crime.

Em torno de 68% dessas mulheres possuem vinculação penal por envolvimento com o tráfico de drogas não relacionado às maiores redes de organizações criminosas. A maioria dessas mulheres ocupa uma posição coadjuvante no crime, realizando serviços de transporte de drogas e pequeno comércio; muitas são usuárias, sendo poucas as que exercem atividades de gerência do tráfico¹⁰².

Segundo pesquisa realizada através dos dados repassados pela Secretária de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, 99% das pessoas que transportavam drogas para as unidades prisionais eram mulheres¹⁰³. Apesar dessas mulheres representarem o elo mais fraco e mal

⁹⁹ SOARES, Bárbara; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 87.

¹⁰⁰ CHERNICHARO, 2014, p. 115.

¹⁰¹ Ibid., p. 111.

¹⁰² INFOPEN MULHERES. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen Mulheres) – junho de 2014*. Acesso em: 24 mai. 2018.

¹⁰³ CHERNICHARO, 2014, p. 116.

pago da rede de tráfico, suas penas são bastante altas pelo Judiciário presumir que elas estejam envolvidas com o tráfico.

Em pesquisa realizada no presídio feminino do Ceará, Maria Juruena diz não ter encontrado nenhuma mulher em posição alta e sim um grande volume em níveis hierarquicamente subordinados:

Conforme análise das tarefas das mulheres no tráfico de drogas, é perceptível, na maioria dos casos que, o papel desempenhado se limita a unções subsidiárias ou de menor “complexidade”. Não encontrei no IPFDAMC nenhuma mulher chefe ou dona de “boca-de-fumo”. Na verdade, 81,4% das reclusas confirmam trabalhar em postos de menor relevância, como mula, vendedora, retalhista e pião, o que torna perceptível a discriminação de gênero também no trabalho do tráfico de drogas¹⁰⁴.

Nesse sentido, o tráfico de drogas representa para estas mulheres não só um retorno financeiro imediato necessário, mas também por representar um mercado predominantemente informal, as mulheres não encontram tantas barreiras para sua inserção (diferente do que acontece ao tentar acessar o mercado formal)¹⁰⁵, além do fato desse espaço remeter muitas vezes o espaço doméstico que as mulheres tradicionalmente foram construídas para se identificarem.

Do outro lado, através de sua inserção a níveis hierárquicos mais baixos e subalternos, percebe-se no tráfico de drogas um terreno fértil para reproduzir os valores de uma sociedade patriarcal. Além disso, pela mesma vulnerabilidade que sua condição de gênero reforça, por seus papéis demandarem contato direto com a droga, bem como possuírem uma margem de negociação com os policiais muito limitadas, é que são mais visivelmente pré-selecionadas para responder pelo delito de tráfico de drogas.

Ser ‘mula’ exige das mulheres não só uma atitude passiva, mas também uma posição estratégica, que possibilite sua entrada nos lugares onde a droga precisa ir, como na cadeia, por exemplo, assumindo os riscos de leva-la até o destino final. A invisibilidade e vulnerabilidade são ingredientes fundamentais para

¹⁰⁴ MOURA, 2005, p. 82.

¹⁰⁵ PANCIERI, 2014, p. 42.

encenar este papel, pois, ao mesmo tempo que podem ser menos percebidas pelos agentes de segurança (embora a maior incursão de mulheres no tráfico tenha diminuído a existência deste fator, como afirmam alguns autores), sua posição vulnerável, tanto de gênero quanto econômica, possibilita que, quando presas, não sejam capazes de delatar aqueles que as contrataram¹⁰⁶.

Sua condição de gênero é determinante na sua entrada ao delito, durante sua participação e depois quando é capturada.

¹⁰⁶ FLEETWOOD, Jennifer. *Mules and Middlemen: Towards a Theory of the Role of Gender in Drug Trafficking*. Universidad de Endiburg. Mimeo, 2004 apud CHERNICHARO, Luciana Peluzio. *Sobre mulheres e prisões: seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil*. Rio de Janeiro, 2014. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade Nacional de Direito. Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 140.

CAPÍTULO 3 - PENA TRÊS: ABANDONO

3.1 Quem são elas?

Como já aludido no capítulo anterior, segundo Orlando Zaccone, através dos “narcotraficantes” que superlotam os presídios, o sistema penal revela o estado de miserabilidade dos varejistas das drogas ilícitas: são as camadas mais vulneráveis e portanto, alvos fáceis da repressão policial por não serem capazes de apresentar resistência aos comandos da prisão¹⁰⁷.

Como também já ilustrado, além de sabermos que a grande maioria das mulheres presas por crimes ligados às drogas não estão relacionadas às maiores redes de organizações criminosas e possuem um papel subalterno no crime de tráfico de drogas, o perfil comum que elas possuem é o retrato da vulnerabilidade que apresentam em todo esse contexto.

Os dados do INFOPEN Mulheres¹⁰⁸ corroboram com isso ao afirmar que, em geral, as mulheres submetidas ao cárcere são jovens, com filhos, responsáveis pelos encargos familiares, com baixa escolaridade, proveniente de extratos sociais economicamente desfavorecidos e ocupavam o trabalho informal em período anterior ao aprisionamento.

Considerando que 68% das mulheres privadas de liberdade lá estão pelo crime de tráfico de drogas, não restam dúvidas de que a maioria das mulheres presas por tráfico segue o perfil socioeconômico em relação ao total de mulheres presas no Brasil em 2014.

As mulheres custodiadas no sistema penal brasileiro sem condenação representam 30,1% do total das mulheres privadas de liberdade. Dentre as mulheres que obtiveram condenação, 44,7% cumprem pena em regime fechado¹⁰⁹. Quanto ao tempo de pena imposta às mulheres privadas de

¹⁰⁷ ZACCONE, 2011, p. 12.

¹⁰⁸ INFOPEN MULHERES. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen Mulheres)* – junho de 2014. Acesso em: 24 mai. 2018.

¹⁰⁹ Ibid., p. 20.

liberdade, 63% das mulheres condenadas têm penas de até 8 anos, contra 51% dos homens¹¹⁰, levando a concluir que as penas para as mulheres são mais duras.

Temos que do total das mulheres privadas de liberdade, 50% tem entre 18 e 29 anos, ou seja, a grande maioria das mulheres estão presas em pleno período economicamente ativo da vida¹¹¹.

Em relação a cor, 67% das mulheres presas são negras, ou seja, a cada três presas, duas são negras, revelando esse ser um índice superior a população negra de homens e mulheres no Brasil já que, segundo o IBGE, estes representam 51% da população. Em Estados como o Rio de Janeiro, por exemplo, 86% das mulheres presas são negras¹¹².

Sobre a escolaridade, o INFOPEN Mulheres indica que somente 1% das mulheres tem ensino superior completo e 2% não concluíram o ensino superior. Enquanto que na população brasileira total – homens e mulheres –, em torno de 32% das pessoas concluiu o ensino médio, apenas 11% das mulheres reclusas concluíram o ensino médio. A maioria das mulheres presas (50%) possui ensino fundamental incompleto, ao passo que somente 10% conseguiu concluir este ciclo.

Quanto ao estado civil, 57% das mulheres encarceradas se declaram solteiras. Enquanto 3% das mulheres são divorciadas e outras 3% viúvas, essa proporção é de 1% entre os homens¹¹³.

O índice de mulheres presas no Brasil que são mães é de 80%¹¹⁴. Algumas mulheres mães ao serem presas foram obrigadas a se separar dos seus filhos(as), ressaltando que nesse universo muitas tiveram seus filhos

¹¹⁰ INFOPEN MULHERES. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen Mulheres)* – junho de 2014. p. 30.

¹¹¹ Ibid., p. 22.

¹¹² Ibid., p. 24.

¹¹³ Ibid., p. 25.

¹¹⁴ Número de mulheres presas no Brasil cresce 700% em 16 anos. *Gazeta do Povo*. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/justica/numero-de-mulheres-presas-no-brasil-cresce-700-em-16-anos-8flcp5f7rokj8f2wxmxf1q899>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

colocados para adoção sem nunca terem sido ouvidas por um juiz¹¹⁵, outras foram presas grávidas e deram à luz dentro da prisão e uma parcela pequena de mulheres mães engravidou dentro da prisão¹¹⁶.

O perfil dessas mulheres demonstra a tendência do encarceramento de mulheres no país e apenas reforça o já tão conhecido perfil da população prisional em geral: negra pobre, com baixa escolaridade¹¹⁷.

Mas não é só. Segundo Luciana Chernicharo¹¹⁸, no caso das mulheres, percebe-se que elas vêm de um processo de “marginalização primária” determinado pela exclusão social e pelo gênero, tendo em vista que não só experimentam das circunstâncias excludentes próprias da população carcerária em geral, como também de condições específicas de discriminação e violência, como abusos sexuais e físicos, que marcam suas vidas e seus corpos pra sempre.

Em um estudo realizado com detentas das instituições prisionais do estado do Rio de Janeiro, coordenado pela Bárbara Musumeci Soares e Iara Ilgenfritz, revelou que as trajetórias das mulheres presas se confundem bastante com histórias de violência.

São poucas as mulheres que não foram, em algum momento anterior à prisão, vitimadas pela violência (física, psicológica ou sexual) dos responsáveis, dos parceiros ou de agentes da lei. Apenas 4,7% chegaram a prisão sem trazer na bagagem uma experiência prévia de vitimização. Mais de 95% sofreram violência em pelo menos uma destas três ocasiões: na infância/adolescência, no casamento ou nas mãos da polícia; 75% foram vitimadas em pelo menos duas dessas ocasiões; e 35% em todas as três situações¹¹⁹.

¹¹⁵ BALERA, Fernanda et al.. *Documentário Mães do Cárcere*. 2011. ITTC. Disponível em: <<http://itc.org.br/documentario-maes-carcere-traz-relatos-mulheres-perderam-seus-filhos-ao-serem-presas/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

¹¹⁶ CHAVES, Ana Beatriz da Costa. *Maternidade no cárcere*: versão contemporânea da Lei do Ventre Livre. Bacharel em Direito. Rio de Janeiro, 2017. (Monografia) - Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017. p. 22.

¹¹⁷ MONTEIRO, Ewerton de Santana. Abandono: pior pena para as mulheres em situação de cárcere In: V Seminário da Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), 2015. p. 3.

¹¹⁸ CHERNICHARO, 2014, p. 103.

¹¹⁹ SOARES; ILGENFRITZ, 2002, p. 111.

Percebe-se que o perfil da mulher que responde pelo delito de tráfico de drogas é altamente vulnerável: muitas delas, como simbolismo máximo da sua condição de gênero, transforma seus corpos – e muitas vezes até mesmo suas partes íntimas – em território público, configurando a extensão das histórias de violência presenciadas em suas vidas e que terá continuação na realidade do cárcere, cenário de violações cruéis como veremos a seguir.

3.2 Penitenciárias Femininas

Foi o Código Penal de 1940, no parágrafo 2º do artigo 29 que previu, pela primeira vez, que as mulheres deveriam cumprir pena em estabelecimento específico ou, quando não fosse possível, em espaço reservado nos estabelecimentos prisionais comuns aos dois sexos¹²⁰. Com isso, no final da década de 1930 e no início da década de 1940, surgiram os primeiros estabelecimentos prisionais brasileiros com o fim de abrigar exclusivamente mulheres. Enquanto alguns foram estabelecidos em edifícios adaptados para recebe-las, outros foram instalados em prédios construídos para este fim¹²¹.

A separação de estabelecimentos prisionais em masculinos e femininos é também prevista pelo Código de Processo Penal¹²² e pela Lei de Execução Penal (Lei 7210/1984)¹²³.

Todavia, segundo os dados do INFOPEN Mulheres, 75% dos estabelecimentos prisionais é voltado exclusivamente para o público masculino e 7% destinado ao público feminino. Outros 17% são mistos, ou

¹²⁰ ANGOTTI, Bruna. *Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus*. O surgimento dos presídios femininos no Brasil (1930-1950). São Paulo, 2011. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011. p. 67.

¹²¹ Ibid., p. 192-193.

¹²² Art. 766. A internação das mulheres será feita em estabelecimento próprio ou em seção especial.

¹²³ § 1º, Art. 82. A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.

seja, estabelecimentos que podem ter uma ala ou sala específica para mulheres dentro de um prédio anteriormente masculino¹²⁴.

Não se verifica na prática a construção de unidades prisionais específicas para mulheres, nas quais se possam vislumbrar o respeito às especificidades femininas e aos direitos humanos. Como já citado, quase todas as penitenciárias femininas existentes estão localizadas em prédios “reformados”: ou eram penitenciárias masculinas, ou cadeias públicas, ou, ainda, prédios públicos em condições de desativação. Essa realidade determina também que as condições de habitabilidade e salubridade das prisões, sejam penitenciárias ou cadeias públicas, estejam bastante comprometidas¹²⁵.

Importante perceber que o fato de muitos dos estabelecimentos prisionais serem presídios masculinos que abrigam cadeias femininas, torna ainda mais difícil a implementação de políticas públicas específicas, como as referentes à gestante, notando-se o quanto as unidades carecem de infraestrutura que torne a maternidade no cárcere minimamente viável.

Os dados do INFOPEN Mulheres, revelam que nas unidades exclusivamente femininas, apenas 34% dispõe de cela ou dormitório adequado para gestante, enquanto que nos estabelecimentos mistos, apenas 6% das unidades dispõe de espaço específico para a custódia de gestantes. No que tange à existência de berçário ou centro de referência materno infantil, somente 32% das unidades femininas dispunham de tal espaço, enquanto que nos estabelecimentos mistos, apenas 3% das unidades atendia essa necessidade. Além disso, apenas 5% dos estabelecimentos prisionais femininos dispunham de creche, o que é mais assustador ainda nas unidades mistas: não foi registrada nenhuma creche instalada nesses estabelecimentos¹²⁶.

A falta de berçário em grande parte das unidades penitenciárias contraria o disposto no parágrafo 2º do artigo 83 da Lei de Execução Penal:

¹²⁴ INFOPEN MULHERES. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen Mulheres)* – junho de 2014. p. 15.

¹²⁵ Relatório para OEA sobre mulheres encarceradas no Brasil 2017. p. 20. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatório-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

¹²⁶ INFOPEN MULHERES. op. cit., p. 18-19.

§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade¹²⁷.

No mesmo sentido, a carência de creches desrespeita o assegurado no artigo 89 da Lei de Execução Penal:

Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa¹²⁸.

Um estudo realizado com 241 mães de menores de um ano que pariram após estarem detidas mostrou o quanto o acesso a saúde por essas mulheres é precário¹²⁹.

Das que tiveram acesso à atenção pré-natal, apenas 32% delas tiveram o acesso à assistência pré-natal considerado adequado ou mais que adequado¹³⁰. Além disso, há inúmeras queixas de agressões pelas quais as presas relatam ter sofrido pelos profissionais de saúde e agentes penitenciários.

As puérperas relataram ter sofrido maltrato ou violência durante a estadia nas maternidades pelos profissionais de saúde (16%) e pelos guardas ou agentes penitenciários (14%). Nas duas situações as principais formas de maltrato/violência referida foram verbal e psicológica. O uso de algemas em algum momento da internação para o parto foi referido por 36% das gestantes, sendo que 8% relatou ter ficado algemada mesmo durante o parto¹³¹.

Sobre o acesso à atenção pré-natal, temos como exemplo normas assegurando tal direito: o artigo 8º do Estatuto da Criança e do

¹²⁷ BRASIL, Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal, art. 83, § 2º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/17210.htm>. Acesso em: 30 mai. 2018.

¹²⁸ BRASIL, Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal, art. 89, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/17210.htm>. Acesso em: 30 mai. 2018.

¹²⁹ LAROUZÉ, B. et al.. Nascer na prisão: gestação a parto atrás das grades no Brasil In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 21 (7), 2016. p. 2061-2070.

¹³⁰ Ibid., p, 2064.

¹³¹ Ibid., p, 2065-2066.

Adolescente¹³², a Regra 10 das Regras de Bangkok¹³³, bem como o parágrafo 3º do artigo 14 da Lei de Execução Penal¹³⁴.

A respeito do uso de algemas em mulheres durante o parto, nota-se um desrespeito ao artigo 292 do Código Penal, que teve seu parágrafo único acrescentado pela Lei 13.343/17, conhecida como Lei do Parto sem Algemas.

Art. 292. Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas.

Parágrafo único. É vedado o uso de algemas em mulheres grávidas durante os atos médico-hospitalares preparatórios para a realização do parto e durante o trabalho de parto, bem como em mulheres durante o período de puerpério imediato¹³⁵.

Além desse dispositivo, contamos ainda com alguns exemplos que afasta o uso das algemas em parturientes e puérperas, como a Súmula Vinculante nº 11 do STF¹³⁶, o artigo 3º da Resolução nº 3 de junho de 2012 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária¹³⁷, a Regra 24

¹³² Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

¹³³ Serão oferecidos às presas serviços de cuidados com a saúde voltados especificamente para mulheres, ao menos equivalentes com aqueles disponíveis na comunidade.

¹³⁴ § 3º Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido.

¹³⁵ BRASIL, Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal, art. 292. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm>. Acesso em: 30 mai. 2018.

¹³⁶ Súmula Vinculante nº 11. Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

¹³⁷ Art. 3º Considerar defeso utilizar algemas ou outros meios de contenção em presas parturientes, definitivas ou provisórias, no momento em que se encontrem em intervenção cirúrgica para realizar o parto ou se estejam em trabalho de parto natural, e no período de repouso subsequente ao parto.

das Regras de Bangkok¹³⁸ e o artigo 3º do Decreto nº 8.858/16¹³⁹ editado pelo Presidente da República que veio a regular o exigência do artigo 199 da Lei de Execução penal que dispunha que o emprego de algemas deveria ser disciplinado por decreto federal¹⁴⁰.

Sobre tais violações, podemos destacar um trecho do voto do Ministro Ricardo Lewandowski no Habeas Corpus coletivo¹⁴¹, impetrado por membros do Coletivo de Advogados em Direitos Humanos, reconhecendo-as:

O cuidadoso trabalho de pesquisa de Eloísa Machado de Almeida, Bruna Soares Angotti, André Ferreira, Nathalie Fragoso e Hilem Oliveira, constante da inicial, revela, inclusive por meio de exemplos, a duríssima - e fragorosamente inconstitucional - realidade em que vivem as mulheres presas, a qual já comportou partos em solitárias sem nenhuma assistência médica ou com a parturiente algemada ou, ainda, sem a comunicação e presença de familiares. A isso soma-se a completa ausência de cuidado pré-natal (acarretando a transmissão evitável de doenças graves aos filhos, como sífilis, por exemplo), a falta de escolta para levar as gestantes a consultas médicas, não sendo raros partos em celas, corredores ou nos pátios das prisões, sem contar os abusos no ambiente hospitalar, o isolamento, a ociosidade, o afastamento abrupto de mães e filhos, a manutenção das crianças em celas, dentre outras atrocidades. Tudo isso de forma absolutamente incompatível com os avanços civilizatórios que se espera tenham se concretizado neste século XXI¹⁴².

Não é só a mulher gestante que sofre inúmeras violações. A condição específica de vulnerabilidade que as mulheres se encontram, apenas por serem mulheres, já é agravante do cenário violento.

Sobre o acesso aos produtos de higiene, diz o Relatório sobre Mulheres Encarceradas no Brasil, de 2007, diz que:

¹³⁸ Regra 24. Instrumentos de contenção jamais deverão ser usados em mulheres em trabalho de parto, durante o parto e nem no período imediatamente posterior.

¹³⁹ Art. 3º É vedado emprego de algemas em mulheres presas em qualquer unidade do sistema penitenciário nacional durante o trabalho de parto, no trajeto da parturiente entre a unidade prisional e a unidade hospitalar e após o parto, durante o período em que se encontrar hospitalizada.

¹⁴⁰ BRASIL, Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal, art. 199, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/17210.htm>. Acesso em: 31 mai. 2018.

¹⁴¹ BRASIL. STF, Habeas Corpus nº 143.641. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Julgado em: 14/03/2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC143641final3pdfVoto.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

¹⁴² Ibid., Acesso em: 31 mai. 2018.

A maioria das mulheres encarceradas não recebe do Estado os produtos essenciais de higiene e asseio, como papel higiênico, pasta de dente, xampú, entre outros. O acesso fica restrito à capacidade da família em comprar e entregar esses produtos nos dias de visita. Acirrando o quadro de extremo desrespeito aos direitos da mulher, a maioria das cadeias públicas não disponibiliza absorventes íntimos para as presas. Há notícias de que aquelas que não têm família ou amigas que possam ceder o produto, passam todo o mês acumulando miolo de pão para improvisar absorventes durante o período menstrual¹⁴³.

Além disso, a violência institucional praticada por agentes do Estado, incorrendo em violações contra a integridade física e emocional das presas como instrumento de autoridade e poder, é frequente. Do mesmo modo, as mulheres encarceradas são recorrentemente submetidas a violência sexual, praticado tanto por funcionários da própria penitenciária quanto pelos presos masculinos das cadeias mistas¹⁴⁴.

As mulheres encarceradas apenas deveriam sofrer limitações ao seu direito de ir e vir, mas o descaso, a negligência e omissão do Estado no cumprimento de seus deveres dissemina violações de todos os demais direitos das presas que não deveriam ser afetados. O Estado, que deveria nesse universo específico construir espaços produtivos, saudáveis, de recuperação e resgate de auto-estima e de cidadania para as mulheres, só tem feito ecoar a discriminação e a violência de gênero presentes na sociedade para dentro dos presídios femininos¹⁴⁵.

A falta de estrutura pela qual as mulheres são submetidas faz com que pareça que o poder público é indiferente à questão de gênero e as necessidades do que “ser mulher” contempla.

Em algumas prisões as mulheres recebem exatamente o mesmo tratamento destinado aos homens, inclusive usando uniformes iguais, como se a primeira coisa a fazer com a presa fosse a sua desconstrução como mulher¹⁴⁶.

Isso faz com que o sofrimento para elas seja potencializado: além de violações decorrentes das precariedades das penitenciárias brasileiras em geral que tanto homens como mulheres enfrentam, à elas são ignoradas as

¹⁴³ *Relatório para OEA sobre mulheres encarceradas no Brasil 2017*. p. 26. Acesso em: 29 mai. 2018.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 23-24.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 6.

¹⁴⁶ CONECTAS, *Penitenciárias são feitas por homens para homens*. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/relatorio-mulherese-presas_versaofinal.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2018.

peculiaridades relativas aos cuidados específicos de saúde, maternidade, higiene, de ser mulher.

3.3 Solidão

A privação de liberdade experimentada pelas mulheres vem regado de preconceitos da sociedade que tendem a reforçar o estereótipo da domesticidade para as mulheres.

Não é apenas o abandono do Estado que elas sentem, como vimos através de violações ilustradas no capítulo anterior, mas também tanto seus parentes quanto a própria sociedade parece torna-las invisíveis diante de seus olhos.

A expectativa de uma sociedade machista e patriarcal é que a mulher seja dócil e respeite as normas da família. Ao cometer um crime, ela rompe com a sociedade duas vezes e é abandonada. É castigada duplamente¹⁴⁷.

Sobre seus filhos, muitas delas carregam o sentimento de culpa, pela “prisionalização dos filhos”, tanto dos que vivem com elas dentro das penitenciárias como das que estão longe delas. A culpa pelo desamparo de seus filhos, por não conseguir oferecer aos filhos os cuidados necessários, ou até mesmo o medo de perder o vínculo afetivo definitivamente com os filhos¹⁴⁸.

Dessa forma, o que se percebe é que há uma concepção difundida de que a mulher quando é presa perde sua credibilidade como mãe e que os efeitos muitas vezes se estendem para além de suas penas: seus filhos também passam a ser invisíveis, tornando-os mais vulneráveis, contrariando o inciso XLV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 que expõe que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado”.

¹⁴⁷ LEMGRUBER, Julita. *Abandono, a pena mais sofrida de mulheres nas prisões do Rio*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/abandono-pena-mais-sofrida-de-mulheres-nas-prisoas-do-rio-16313782>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

¹⁴⁸ ARGUELLO, 2017, p. 8.

Quando a polícia finalmente pôs as mãos em Gardênia, ela estava já com a gravidez avançada. Não que isso, em momento algum, tenha lhe rendido tratamento especial.

Quando foi detida, Gardênia foi jogada com violência dentro da viatura e teve uma bolsa pesada atirada contra sua barriga.

— Aiiii!

— Tá reclamando do quê? Isso é só outro vagabundinho que vem vindo no mundo aí!

Quatro dias depois de chegar à delegacia, a pressão emocional e as más condições adiantaram o parto em dois meses. Começou a sentir as contrações e pedir ajuda, mas os policiais alegaram que não havia viatura disponível para levá-la ao hospital.

Dor, dor, dor. E foi só quando ela entrou mesmo em desespero e começou a gritar, a incomodar, que encontraram uma viatura para ela. A agonia era tanta que Gardênia até rasgou a farda do policial que a transportou até o carro.

Entre uma contração e outra, ela foi observando a rua, as pessoas que olhavam o carro com medo, com curiosidade, com hipocrisia. A ninguém importava Gardênia ou o bebê que carregava. Eles eram o resto do prato daquela sociedade. O que ninguém quis comer. E seu filho já nascia como sobra¹⁴⁹.

O documentário “Mães do Cárcere” conta a história de mulheres mães que foram presas por envolvimento com o tráfico de drogas e perderam seus filhos sem terem sido ouvidas por um juiz, onde “a decisão de separá-las dos filhos foi baseada apenas em um papel (e talvez em algum preconceito...)”¹⁵⁰.

Muitas mulheres perdem a guarda dos filhos enquanto presas e, às vezes, até perdem a guarda permanente – sem qualquer audiência e muitas vezes sem conhecimento do processo de destituição do poder familiar. A falta de qualquer informação sobre o local em que as crianças estão e os cuidados que estão recebendo também gera muita angústia para as mães presas¹⁵¹.

¹⁴⁹ QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. p. 32.

¹⁵⁰ BALERA, Acesso em: 20 mar. 2018.

¹⁵¹ CONECTAS, *Penitenciárias são feitas por homens para homens*. Acesso em: 31 mai. 2018.

Contudo, significando um avanço no reconhecimento das necessidades e direitos das mulheres presas, em fevereiro de 2018, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal concedeu Habeas Corpus coletivo¹⁵², sob relatoria do Ministro Ricardo Lewandowski, determinando a substituição da prisão preventiva por domiciliar de todas as mulheres presas, em todo território nacional, que sejam gestantes, puérperas ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência, nos termos do artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 13.146/2015), sem prejuízo da aplicação das medidas alternativas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Aliás, não há como negar os impactos nocivos do afastamento das crianças em relação à mãe encarcerada:

Os sintomas da separação se manifestaram nas crianças. Midiã, quando saiu da cadeia com poucos meses, não aceitava mais ser amamentada. O irmão dela, Adryan, estava aprendendo a falar quando a mãe foi presa pela segunda vez. Simplesmente parou no meio do caminho. Com 3 anos, ele se expressa mais com acenos de cabeça do que com palavras¹⁵³.

No entanto, não é só em relação aos filhos que a mulher sente sua solidão: o abandono é por parte da família como um todo.

Quando um homem é preso, comumente sua família continua em casa, aguardando seu regresso. Quando uma mulher é presa, a história corriqueira é: ela perde o marido e a casa, os filhos são distribuídos entre familiares e abrigos. Enquanto o homem volta para um mundo que já o espera, ela sai e tem que reconstruir seu mundo¹⁵⁴.

Em relação aos seus parceiros, diferente do que acontece com nos presídios masculinos, muitas são abandonas por eles logo após a prisão.

¹⁵² BRASIL. STF, Habeas Corpus nº 143.641. Acesso em: 31 mai. 2018.

¹⁵³ REVISTA ÉPOCA. *Presos ao nascer*. 18/12/2017 apud BRASIL. STF, Habeas Corpus nº 143.641. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Julgado em: 14/03/2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC143641final3pdfVoto.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

¹⁵⁴ QUEIROZ, 2015, p. 35.

Dados da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) mostram que apenas 34 das 2.104 (1,6%) internas das seis unidades prisionais femininas do estado recebem visita íntima, direito adquirido apenas em 2001, 17 anos após a promulgação da lei que garantiu essa regalia aos homens. Um número irrisório, se comparado aos 2.183 dos 40.746 presos (5,3%) que encontram as companheiras no parlatório. No Talavera Bruce, das 382 presas somente 13 recebem os parceiros. Desses, cinco são companheiros ou maridos que estão em liberdade e oito, prisioneiros de outras unidades¹⁵⁵.

Além do preconceito enraizado na sociedade, as mulheres presas se demonstram mais sensíveis em querer preservar seus familiares tanto dos constrangimentos que muitas vezes são obrigados a passar para entrar na prisão, como também do sacrifício que muitas tem que fazer pela questão das grandes distancias físicas dos estabelecimentos prisionais, principalmente quando suas famílias são chefiadas por elas e o sacrifício do deslocamento se torna maior, acarretando em mais alguns motivos para abandona-las, acarretando em um grande vazio nos dias de visitaçã¹⁵⁶.

¹⁵⁵ LEMGRUBER, Julita. *Abandono, a pena mais sofrida de mulheres nas prisões do Rio*. Acesso em: 30 mai. 2018.

¹⁵⁶ MONTEIRO, 2015, p. 7-8.

CONCLUSÃO

Para entender crescimento desenfreado do encarceramento feminino nos últimos anos não há como deixar de analisar o papel social atribuído à mulher e sua condição de gênero para tanto.

O papel social da mulher, construído em uma sociedade de classes patriarcal, como sendo inferior aos homens, faz com que as mulheres ocupem posições subalternas em todas as dinâmicas sociais dos espaços públicos que desde então sempre foram reservados aos homens, restando para elas a construída identificação com os espaços privados, aparentemente como o único lugar que elas estariam aptas a ocupar.

Nos últimos anos, com o crescimento das mulheres se tornando chefes de família e o paralelo cenário da desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho – onde elas passaram a compartilhar cada vez mais ou assumir unilateralmente a responsabilidade de prover suas famílias, mas continuam assumindo quase que sozinhas as atividades dos espaços privados -, ocorreu o que se chamou de “feminização da pobreza”.

A necessidade de compatibilizar as tarefas, que faz com que haja já um obstáculo ao acesso ao mercado de trabalho informal por muitas vezes ter de acumular múltiplas jornadas, combinado com o *plus* da responsabilidade pelos encargos familiares, faz do tráfico uma possibilidade onde as mulheres conseguem compatibilizar as necessidades econômicas com os cuidados domésticos, reforçando seu papel socialmente e culturalmente construído de que o lugar da mulher é dentro de casa.

Não é só ao recorrer aos modos ilícitos de sobrevivência que é reforçado esse papel socialmente atribuído a elas, a própria organização da rede de tráfico de drogas reproduz isso. As mulheres, em geral, tendem a ocupar lugares subalternos, muitas vezes tornando seus corpos como territórios públicos, como o transporte de drogas, por exemplo, reafirmando a ideia de domesticação e submissão que a elas foi assinalado. A mesma

posição vulnerável que as levaram ao caminho do tráfico são as que elas assumem ao se engajarem nas atividades ilícitas.

A vulnerabilidade que as mulheres apresentam, é condição essencial para já serem pré-selecionadas pelo sistema para responder pelo delito de tráfico de drogas. As lacunas deixadas pela Lei de Drogas, resultando nas arbitrariedades das sentenças judiciais, revelam que o sistema punitivo brasileiro é feito para prender os marginalizados, neste caso, mulheres, endurecendo o tratamento com as camadas de baixo como um “véu” para continuarem mantendo distantes do alvo aqueles que estão no “andar de cima”.

O perfil da mulher presa por tráfico de drogas delineia todo cenário de vulnerabilidade e exclusão social, como forma de controle social que uma sociedade de classes patriarcal precisa para manutenção das estruturas de poder: jovens, negras, pobres, mães, não representam violência nem grave ameaça as pessoas, vítimas de violência em algum momento de suas vidas.

Quando encarceradas, o sistema de justiça criminal através de seu descaso, negligencia e abandono das especificidades do que “ser mulher” exige, faz com que as histórias de violência que dominam seus corpos continuem: ausência absoluta de recursos para higiene pessoal e acesso à saúde, angústia por perder seus filhos e o contato com eles (quando não a “prisionalização” dos seus filhos), abandono de seus companheiros, descaso e violência por parte dos agentes penitenciários, estruturas em condições desumanas, o olhar preconceituoso da sociedade que reforça que a mulher delinquente “é mais delinquente” que qualquer outro homem. As mulheres encarceradas não são apenas penalizadas por serem delinquentes. As mulheres encarceradas são duplamente penalizadas por serem “mulheres delinquentes”.

Assim sendo, torna-se necessária a implementação de políticas públicas urgentes de desencarceramento dessas mulheres, em respeito à

dignidade delas, que diante da condição de desigualdade social e de gênero a que elas estão submetidas, devem ser priorizadas medidas não privativas de liberdade.

Com isso, pelos olhos de um sistema de justiça criminal feito por homens e para homens, não há como ignorar suas especificidades e a consequente vulnerabilidade que elas se encontram nesse cenário, admitindo que um sistema andocêntrico é impossível falar às mulheres. Encarcerá-las como forma de punição é só mais capítulo de violência na trajetória da vida de mulheres já dominadas por violações, inclusive a de *ser mulher*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. DAVOGLIO, Pedro (Trad.). 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher In: *Revista Sequência*. Florianópolis. Ano 2005, n. 50.

_____. *Teoria crítica feminista e crítica à(s) criminologia(s)*: estudo para uma perspectiva feminista em criminologia no Brasil. Porto Alegre, 2013. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais.

_____. *Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimação feminina?* Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, 1996. p. 104. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15741>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

ANGOTTI, Bruna. *Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus*. O surgimento dos presídios femininos no Brasil (1930-1950). São Paulo, 2011. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011.

ARAÚJO, A. M. C. et al.. Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva In: *Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. VIII. Coimbra, Anais. Coimbra, Portugal, 2004.

ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. *A Política de “Guerra às Drogas” e o hiperencarceramento feminino no Brasil*: uma crítica necessária ao sistema de justiça criminal positivista e patriarcal. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

BALERA, Fernanda et al.. *Documentário Mães do Cárcere*. 2011. ITTC. Disponível em: <<http://ittc.org.br/documentario-maes-carcere-traz-relatos-mulheres-perderam-seus-filhos-ao-serem-presas/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BARATTA, Alessandro. O Paradigma do Gênero: da Questão Criminal à Questão Humana In: CAMPOS, Carmen Hein de. *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BARROSO, Luís Roberto In: *Tráfico e Sentenças Judiciais: uma análise das justificativas na aplicação da Lei de Drogas no Rio de Janeiro*. 23/mar. DEPERJ, 2018.

BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. n. 20. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BOITEUX, Luciana. *Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade*. (Tese de Doutorado) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2006a.

_____. A nova lei antidrogas e o aumento da pena do delito de tráfico de entorpecentes. *Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRim)*. São Paulo, v. 14, n.167, out/2006b.

_____. Tráfico e Constituição: um estudo sobre a atuação da justiça criminal do Rio de Janeiro e de Brasília no crime de tráfico de drogas In: *Revista Jurídica. Brasília*, v. 11, n. 94, jun./set.2009.

BRASIL, Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal, art. 292. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm>. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRASIL, Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Lei de Execução Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/17210.htm>. Acesso em: 30 mai. 2018.

BRASIL. STF, Habeas Corpus nº 143.641. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Julgado em: 14/03/2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC143641final3pdfVoto.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

BRIFFAULT, Robert. *The mothers*. New York: The Macmillan Company, apud REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. MARIE, Elisabeth; MARANHÃO, Malú (Trad.). São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

CAMPOS, Carmen Hein de. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira In: CAMPOS, Carmen Hein de. *Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p.

CARVALHO, Salo de. *A política criminal de drogas no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. p. 191 apud ARGUELLO, Katie Silene Cáceres. *A Política de “Guerra às Drogas” e o hiperencarceramento feminino no Brasil: uma crítica necessária ao sistema de justiça criminal positivista e patriarcal*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama Social da América Larina*. 2013. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1252/1/S2013870_pt.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2018.

CHAVES, Ana Beatriz da Costa. *Maternidade no cárcere: versão contemporânea da Lei do Ventre Livre*. Bacharel em Direito. Rio de Janeiro, 2017. (Monografia) - Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017.

CHERNICHARO, Luciana Peluzio. *Sobre mulheres e prisões: seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil*. Rio de Janeiro, 2014. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade Nacional de Direito. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CONNECTAS, *Penitenciárias são feitas por homens para homens*. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/relatorio-mulherese-presas-versaofinal.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

DAVIS, Angela Y. *Mulheres, Raça e Classe*. CANDIANI, Hecci Regina (Trad.). 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016/2017.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300 a 1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 320 apud MENDES, Soraia da Rosa. *(Re)Pensando a Criminologia: Reflexões sobre um Novo Paradigma desde a Epistemologia Feminista*. (Tese de Doutorado) - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2012.

DEPERJ, Diretoria de estudos e pesquisas de acesso à justiça. *Relatório sobre medidas protetivas de urgência*. Disponível em: <http://www.portaldpge.rj.gov.br/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Relatorio_Medidas_Protetivas.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2018.

DEPERJ, Diretoria de estudos e pesquisas de acesso à justiça. *Relatório final da pesquisa sobre as sentenças judiciais por tráfico de drogas na cidade e região metropolitana do Rio de Janeiro*. p. 69. Disponível em: <http://www.portaldpge.rj.gov.br/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Relatorio_Pesquisa_Lei_Drogas.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2018.

DEPERJ: Disponível em: <<http://www.defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/4176-Estudo-mostra-como-a-Justica-aplica-as-medidas-de-protecao-a-mulher>>. Acesso em: 8 mai. 2018.

FLEETWOOD, Jennifer. *Mules and Middlemen: Towards a Theory of the Role of Gender in Drug Trafficking*. Universidad de Endiburg. Mimeo, 2004 apud CHERNICHARO, Luciana Peluzio. *Sobre mulheres e prisões: seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil*. Rio de Janeiro, 2014. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade Nacional de Direito. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídica In: *Cadernos da PUC*. Rio de Janeiro, 1978. p. 68 apud THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007.

IBGE, *Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

INFOPEN MULHERES. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen Mulheres) – junho de 2014*. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

INFOPEN. Ministério da Justiça, *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Atualização) – 2016*. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf>. Acesso em 17 mai. 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. 1995-2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2018.

LAROUZÉ, B. et al.. Nascer na prisão: gestação a parto atrás das grades no Brasil In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 21 (7), 2016.

LEMGRUBER, Julita. *Abandono, a pena mais sofrida de mulheres nas prisões do Rio*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/abandono-pena-mais-sofrida-de-mulheres-nas-prisoas-do-rio-16313782>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

LEMO, Rosalia de Oliveira. *Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro*. (Dissertação de Mestrado) - Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

MENDES, Soraia da Rosa. *(Re)Pensando a Criminologia: Reflexões sobre um Novo Paradigma desde a Epistemologia Feminista*. (Tese de Doutorado) - Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, 2012.

MONTEIRO, Ewerton de Santana. Abandono: pior pena para as mulheres em situação de cárcere In: V Seminário da Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), 2015.

MOURA, Maria Juruena. *Porta fechada, vida dilacera – mulher, tráfico de drogas e prisão*: estudo realizado no presídio feminino do Ceará. (Dissertação de Mestrado) - Programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará, 2005.

Número de mulheres presas no Brasil cresce 700% em 16 anos. Gazeta do Povo. Disponível em:
<<http://www.gazetadopovo.com.br/justica/numero-de-mulheres-presas-no-brasil-cresce-700-em-16-anos-8flcp5f7rokj8f2wxmxf1q899>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

PANCIERI, Aline Cruvello. *Mulheres Mulas*: seletividade, tráfico de drogas e vulnerabilidade de gênero. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. p.

REED, Evelyn. *Sexo contra sexo ou classe contra classe*. MARIE, Elisabeth; MARANHÃO, Malú (Trad.). São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

Relatório para OEA sobre mulheres encarceradas no Brasil 2017. p. 20. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relatório-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

REVISTA ÉPOCA. *Presos ao nascer*. 18/12/2017 apud BRASIL. STF, Habeas Corpus nº 143.641. Rel. Min. Ricardo Lewandowski. Julgado em: 14/03/2018. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC143641final3pdfVoto.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

SABADELL, Ana Lúcia *Manual de Sociologia Jurídica: Introdução a uma Leitura Externa do Direito*. 4ª ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2008 apud CHERNICHARO, Luciana Peluzio. *Sobre mulheres e prisões: seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil*. Rio de Janeiro, 2014. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade Nacional de Direito. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SOARES, Bárbara; ILGENFRITZ, Iara. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. *A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década* p. 125. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n87/0103-4014-ea-30-87-00123.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007.

TJ-RJ. Súmula da Jurisprudência Predominante (Art. 122 RI) nº 2002.146.00001 (Enunciado Criminal nº 02, do TJRJ) - Julgamento em: 04/08/2003 - Votação: unânime - Relator: Des. J. C. Murta Ribeiro - Registro de Acórdão em: 05/03/2004 - fls. 565-572.

WALMSLEY, Roy. *World Female Imprisonment List*. Institute for Criminal Policy Research. Disponível em: <http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_third_edition_0.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2018.

ZACCONE, Orlando. *Acionistas do nada: Quem são os traficantes de droga*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, ago/2011.